

Estudos da Central  
de Balanços

38

Análise das empresas  
da região Norte

Julho 2019



BANCO DE  
PORTUGAL  
EUROSISTEMA



Estudos da Central  
de Balanços **38**

Análise das empresas  
da região Norte

Julho 2019



**BANCO DE PORTUGAL**  
EUROSISTEMA

Lisboa, 2019 • [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)



# Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2017, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período 2013-2018.



# Sumário

Neste estudo, o Banco de Portugal analisa as empresas com sede na região Norte, decompostas pelas sub-regiões que a compõem: Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes.

Em 2017, cerca de 144 mil empresas tinham a sua sede na região Norte (34% das sociedades não financeiras a operar em Portugal). Estas empresas empregavam 34% das pessoas ao serviço das empresas portuguesas (986 mil pessoas) e geraram 101 mil milhões de euros de volume de negócios (29% do volume de negócios do total das empresas).

As empresas sediadas na Área Metropolitana do Porto foram responsáveis pela maior parte do volume de negócios gerado na região Norte em 2017 (60%). A maior relevância desta sub-região estendia-se também às estruturas tendo em conta o número de empresas e de pessoas ao serviço (53% e 54%, respetivamente).

A indústria e o comércio foram responsáveis, em conjunto, por 73% do volume de negócios gerado pelas empresas da região Norte em 2017 (pesos de 35% e de 38%, respetivamente). A preponderância destas atividades era transversal a toda a região Norte, ainda que, atendendo ao número de empresas, se destacasse o peso dos outros serviços (43% das empresas da região). A região era particularmente relevante no âmbito da indústria: em 2017, 51% das empresas portuguesas deste setor estavam sediadas na região Norte, a qual era responsável por 39% do volume de negócios da indústria como um todo.

Em 2017, 87% das empresas sediadas na região Norte eram microempresas; estas empresas representaram 19% do volume de negócios e 28% das pessoas ao serviço da região. As pequenas e médias empresas (13% das empresas sediadas na região Norte) geraram 50% do volume de negócios e agregavam 53% das pessoas ao serviço.

Apesar de haver mais empresas jovens na região, as empresas com mais de 20 anos geraram a maior parcela do volume de negócios (53%). Também empregavam o maior número de pessoas ao serviço das empresas da região Norte (42%).

Em 2017, 19% das empresas da região Norte realizaram exportações e 8% integravam o setor exportador, o qual foi responsável por 41% do volume de negócios gerado pelas empresas da região.

O volume de negócios da região Norte aumentou 9% em 2017, subida similar à verificada no total das empresas. A evolução do volume de negócios da região foi predominantemente determinada pelo mercado interno, pese embora as exportações tenham representado 26% do volume de negócios (22% no total das empresas).

Entre 2016 e 2017, os gastos da atividade operacional da região Norte também aumentaram 9%, subida idêntica à observada no total das empresas. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) constituía 59% dos gastos da atividade operacional das empresas da região, percentagem similar à observada no total das empresas.

O EBITDA gerado pelas empresas da região Norte voltou a crescer em 2017 (9%). Este foi o quinto ano consecutivo em que o EBITDA das empresas da região aumentou, ainda que este crescimento tenha sido menor que o registado em 2016 (12%) e inferior a metade do crescimento registado pela região em 2013 (19%).

A rentabilidade dos capitais próprios da região Norte foi de 9%, em 2017, tendo aumentado 1 pp face a 2016. Este aumento foi, no entanto, inferior em 2 pp ao registado no total das empresas, igualmente para 9%. A rentabilidade dos capitais próprios da região Norte foi marginalmente superior à do total das empresas, característica igualmente registada nos anos anteriores. Em

2017, a margem operacional da região Norte foi de 10% (1 pp inferior à do total das empresas) e a margem líquida de 4% (marginalmente superior à do total das empresas).

A autonomia financeira da região Norte foi de 38% em 2017, valor 5 pp acima do observado no total das empresas. Um quarto das empresas da região apresentava capitais próprios negativos (26% no total das empresas).

A dívida remunerada representava 51% do passivo das empresas da região Norte. Em 2017, os empréstimos bancários constituíam a principal parcela da dívida remunerada (49%), seguindo-se os financiamentos de empresas do grupo (34%).

Entre 2016 e 2017, o passivo das empresas da região Norte aumentou 2%, subida idêntica à observada no total das empresas, e prolongou a trajetória de crescimento iniciada no ano anterior. Os créditos comerciais, os outros passivos e a dívida remunerada aumentaram 5%, 3% e 1%, respetivamente. Todas as componentes da dívida remunerada das empresas da região Norte (com exceção dos empréstimos bancários) registaram crescimentos em 2017.

Não obstante a evolução da dívida remunerada, os gastos de financiamento da região Norte diminuíram, em 2017, 10% em relação a 2016. Esta diminuição superou a redução de 6% registada no total das empresas. Consequentemente, beneficiando igualmente do aumento do EBITDA, o rácio de pressão financeira da região diminuiu 3 pp, para 14% (16% no total das empresas).

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, em dezembro de 2018, os empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente em Portugal às empresas da região Norte representavam 29% do crédito concedido ao total das empresas. O rácio de crédito vencido da região era de 7,3%, valor que, conforme verificado entre 2013-2018, era inferior ao registado pelo total das empresas (9,4% no final de 2018).

A dívida comercial das empresas da região Norte representava, em 2017, 22% do passivo (16% no total das empresas). No entanto, o financiamento líquido por dívida comercial era negativo num montante equivalente a 3% do respetivo volume de negócios (valor idêntico ao observado para o total das empresas).

# Índice

Nota prévia | **3**

Sumário | **5**

## I Análise das empresas da região Norte | **9**

1 Introdução | **11**

2 Estrutura e demografia | **14**

2.1 Estrutura | **14**

2.2 Demografia | **27**

3 Análise económica e financeira | **29**

3.1 Atividade e rentabilidade | **29**

**Caixa 1** • A relevância do mercado externo para a região Norte | **37**

3.2 Situação financeira | **43**

**Caixa 2** • Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente | **48**

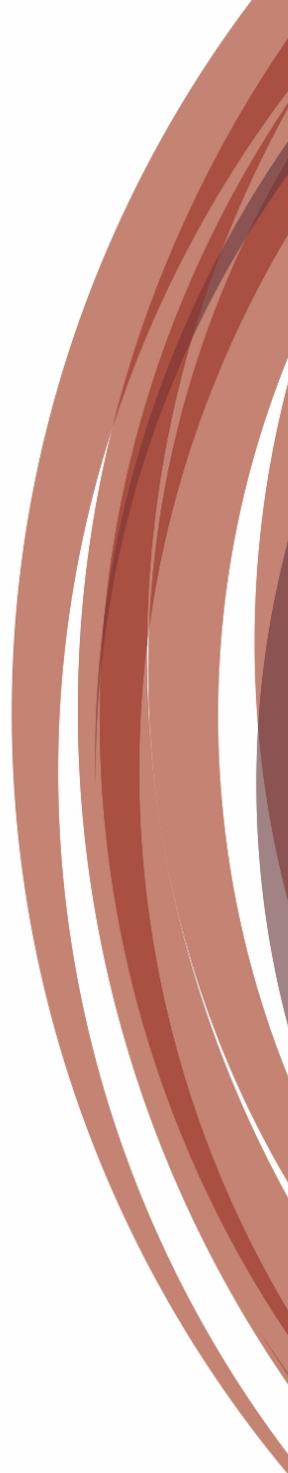
## II Anexo | **57**

1 Síntese metodológica | **59**

Siglas e acrónimos | **62**

Referências | **63**

Estudos da Central de Balanços | **64**





# I Análise das empresas da região Norte

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Análise económica e financeira



# 1 Introdução

O presente estudo apresenta uma avaliação da situação económica e financeira das empresas<sup>1</sup> da **região Norte**, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>2</sup>. Este é o primeiro estudo de uma série de análises regionais que procurará cobrir a totalidade do território nacional, tendo por base a sua desagregação atendendo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS).

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas não financeiras apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal<sup>3</sup>.

Este estudo é especificamente orientado para uma análise regional, na qual estes valores são desagregados pelas regiões que constituem o território de Portugal<sup>4</sup>. Considerou-se, para este efeito, o conjunto das empresas da região Norte, decompostas pelas sub-regiões que a compõem: **Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes** (sub-região igualmente designada abreviadamente por “Trás-os-Montes”)<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Por uma questão de simplificação utilizam-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada; ambas as expressões são referentes às empresas que integram o setor institucional das sociedades não financeiras (SNF). O setor das SNF constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

<sup>2</sup> A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São adicionalmente consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*.

<sup>3</sup> As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos *Quadros do Setor*, ambos disponíveis no *site do Banco de Portugal*.

<sup>4</sup> A situação das empresas da região Norte, assim como das restantes regiões portuguesas (Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores), foi analisada pela primeira vez no *Estudo da Central de Balanços n.º 31 – Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016*, de abril de 2018.

<sup>5</sup> Correspondentes ao nível de decomposição do território nacional com base na NUTS III.

A região à qual pertencem as empresas é identificada de acordo com a localização da respetiva sede, tal como consta no universo de referência das sociedades não financeiras do Banco de Portugal<sup>6</sup>, independentemente da existência de estabelecimentos localizados noutras regiões do país ou mesmo no estrangeiro.

A análise incide essencialmente sobre o período 2013-2017, tendo por base os dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES). O final de 2018 é mencionado sempre que existe informação relativa a este período, como acontece no caso da análise relativa ao financiamento por empréstimos bancários e crédito vencido, dados obtidos a partir da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

É também efetuada, para alguns indicadores selecionados, uma desagregação do diferencial registado entre os valores agregados de cada uma das sub-regiões analisadas no âmbito deste estudo (que integram a região Norte) e o relativo ao total das empresas da região Norte, separando-se o efeito que decorre da distinta composição setorial de cada uma das sub-regiões do efeito das características intrínsecas das empresas de cada sub-região. Esta decomposição segue a metodologia apresentada em Banco Central Europeu (2017)<sup>7</sup>.

A análise inicia-se, no Capítulo 2, com uma caracterização das empresas da região Norte, na qual é descrita a estrutura da região por setores de atividade económica e sub-regiões, e detalhada a especialização setorial dos agregados territoriais que a integram. É ainda detalhada a estrutura das empresas da região por classes de maturidade, além de ser apresentada informação sobre a demografia empresarial.

No Capítulo 3 analisa-se a evolução recente da atividade das empresas desta região e determina-se em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades, entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas. Na caixa 1, “A relevância do mercado externo para a região Norte”, analisa-se o peso do setor exportador nas empresas da região, bem como o contributo do mercado externo para a evolução do seu volume de negócios. Na caixa 2, “Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente”, são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas da região, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente.

Destaca-se, neste estudo, a exploração dos dados microeconómicos, cuja análise permite detalhar o comportamento da generalidade das empresas da região. Para esse efeito, são referidos ocasionalmente indicadores baseados na distribuição dos valores individuais das empresas, que fornecem medidas isentas das distorções que os valores agregados podem apresentar pela eventual presença de dados extremos. Analisam-se também os contributos dos setores de atividade económica e classes de dimensão para a determinação dos resultados agregados da região.

<sup>6</sup> O universo de referência das sociedades não financeiras é uma base de dados que integra, para todas as empresas não financeiras residentes em Portugal, um conjunto de informação estrutural (NIPC, setor de atividade, localização da sede, entre outras) e conjuntural (volume de negócios anual, total do ativo, pessoas ao serviço e capital social). O *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* contém informação detalhada sobre as fontes de informação da Central de Balanços.

<sup>7</sup> O diferencial entre o valor de um rácio numa dada sub-região e o seu valor para o total das empresas da região Norte pode decompor-se entre o efeito da componente intrínseca (efeito intrínseco – associado ao facto de as empresas de uma dada sub-região apresentarem determinadas características que fazem com que se diferenciem da globalidade da região nos níveis dos indicadores analisados) e o efeito da composição estrutural do mesmo (efeito de composição – associado à composição setorial de cada sub-região e à forma como estas estruturas condicionam os valores dos respetivos indicadores agregados). A metodologia utilizada encontra-se detalhada no estudo do Banco Central Europeu *Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*, de maio de 2017.

Nesta publicação é efetuada uma comparação dos resultados obtidos para a região Norte com os do total das empresas em Portugal. Para um maior detalhe sobre o total das empresas, pode ser consultado o *Estudo da Central de Balanços n.º 34 – Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017*, de novembro de 2018.

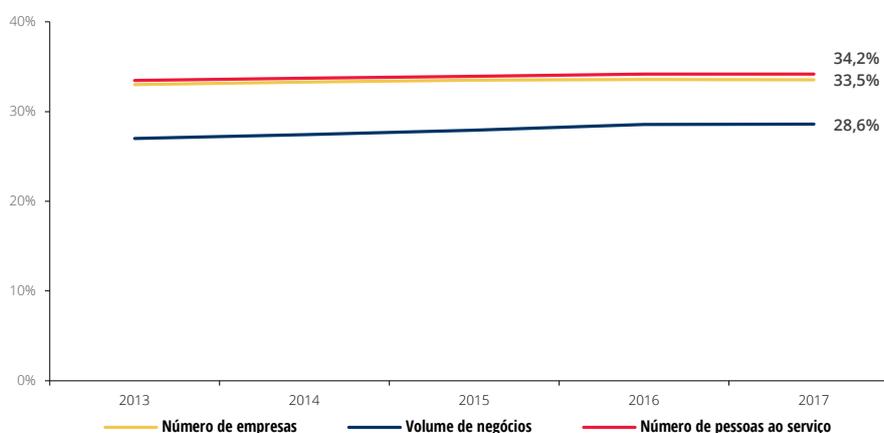
No *site do Banco de Portugal* encontram-se disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas. Na área “Empresas” do *site do Banco de Portugal*, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto de indicadores. No *site do Banco de Portugal* é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos *Quadros do Setor*, os quais possibilitam a obtenção de informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores sobre qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

## 2 Estrutura e demografia

### 2.1 Estrutura

Em 2017, estavam sediadas na região Norte 144 mil empresas, o correspondente a 34% das sociedades não financeiras a operar em Portugal (Gráfico I.2.1). Estas empresas empregavam 34% das pessoas ao serviço das empresas portuguesas (986 mil pessoas). No mesmo ano, o volume de negócios das empresas da região Norte ascendeu a 101 mil milhões de euros, o que equivale a 29% do volume de negócios do total das empresas.

**Gráfico I.2.1 • Peso da região Norte no total das empresas**



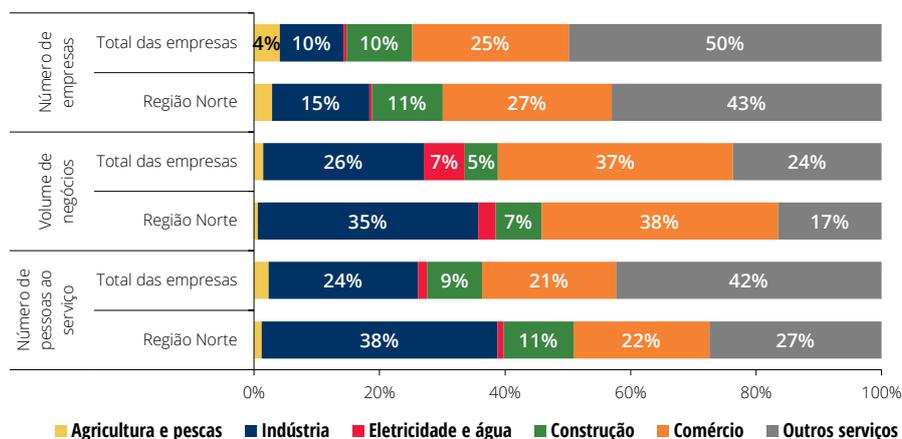
A relevância da região Norte no total das empresas tem vindo a aumentar ligeiramente. Entre 2013 e 2017, o peso desta região no volume de negócios das empresas em Portugal aumentou 2 pp, enquanto o seu peso no número de empresas e de pessoas ao serviço aumentou 1 pp, em ambos os casos.

#### 2.1.1 Por setores de atividade económica

##### Estrutura

A indústria e o comércio foram responsáveis, em conjunto, por 73% do volume de negócios gerado pelas empresas da região Norte em 2017 (pesos de 35% e de 38%, respetivamente) (Gráfico I.2.2). A indústria agregava também a maior parcela de pessoas ao serviço na região (38%). Os pesos desta última e do comércio tendo em conta o número de empresas, no entanto, eram consideravelmente inferiores, destacando-se os outros serviços (43% das empresas da região).

**Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2017)<sup>8</sup>**



As parcelas do volume de negócios e das pessoas ao serviço afetas à indústria eram mais elevadas na região Norte do que no total das empresas (9 pp e 14 pp superiores, respetivamente). Em contrapartida, a relevância dos outros serviços na região em análise era inferior em 15 pp, tendo em conta as pessoas ao serviço, e em 7 pp, atendendo ao volume de negócios.

Entre 2013 e 2017 verificou-se um incremento do peso dos outros serviços na região Norte (2 pp em todos os indicadores considerados). Por outro lado, observou-se uma redução dos pesos da construção e do comércio no número de empresas e no volume de negócios da região (1 pp, em ambos os casos), a par de uma redução de 1 pp dos pesos da construção e da indústria no número de pessoas ao serviço.

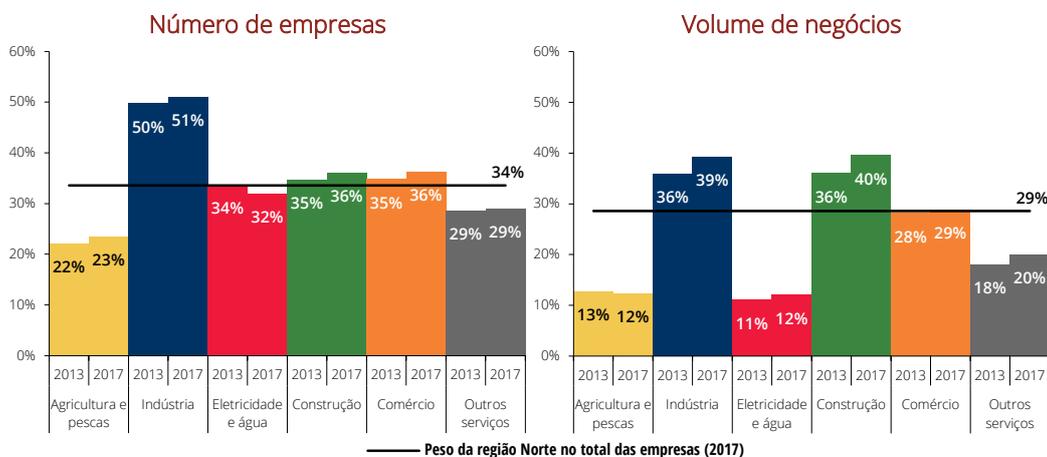
### Peso relativo

Para além da repartição das empresas da região Norte por setores de atividade económica, analisa-se igualmente o peso relativo que estas empresas assumiam no total das empresas de cada setor de atividade.

Também neste caso, a região Norte destacava-se na indústria (Gráfico I.2.3). Em 2017, 51% das empresas portuguesas com atividade neste setor estavam sediadas na região Norte. Atendendo ao volume de negócios, esta região agregava cerca de 40% do volume de negócios gerado nos setores da indústria e da construção, 11 pp acima do peso médio da região no total das empresas. Nos demais setores de atividade, com exceção do comércio (em que o peso da região era marginalmente superior ao registado quando considerado o total das empresas), a expressão das empresas sediadas na região Norte, em termos do volume de negócios, era inferior ao peso médio assumido pela região no total das empresas.

<sup>8</sup> Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

**Gráfico I.2.3 • Peso da região Norte no total das empresas | Por setores de atividade económica (2013-2017)**



A relevância da região Norte para as atividades da indústria e para a construção em Portugal aumentou entre 2013 e 2017. O peso desta região no volume de negócios da indústria e da construção aumentou 3 pp e 4 pp, respetivamente, enquanto o peso da região nos outros serviços aumentou 2 pp.

### 2.1.2 Por localização geográfica

As empresas sediadas na Área Metropolitana do Porto foram responsáveis pela maior parte do volume de negócios gerado na região Norte em 2017 (60%) (Gráfico I.2.4). A maior relevância desta sub-região no âmbito da região Norte estendia-se também às estruturas tendo em conta o número de empresas e de pessoas ao serviço (53% e 54%, respetivamente).

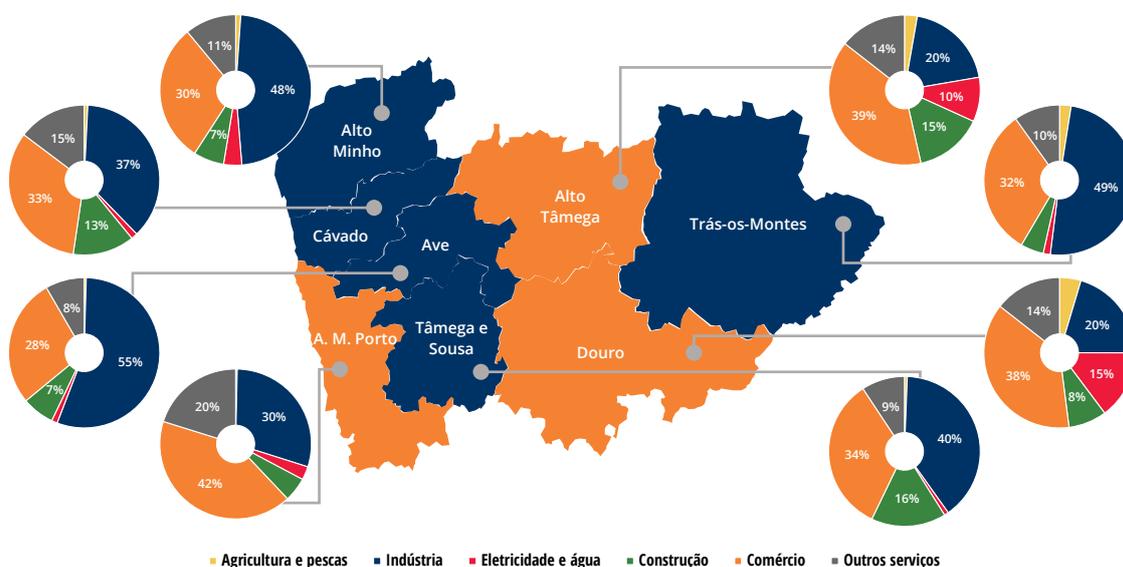
**Gráfico I.2.4 • Estruturas | Por localização geográfica (NUTS III, 2017)**



A estrutura por sub-regiões (com base nas NUTS III) praticamente não se alterou entre 2013 e 2017, ainda que o peso da Área Metropolitana do Porto no volume de negócios das empresas com sede na região Norte tenha diminuído 1,3 pp. Esta redução foi parcialmente compensada pelo incremento de 0,7 pp registado pela sub-região do Cávado.

Tendo em conta a repartição setorial do volume de negócios, a preponderância das atividades da indústria e do comércio era, em 2017, transversal a toda a região Norte (Gráfico I.2.5). A indústria era predominante nas sub-regiões do Ave (55%), das Terras de Trás-os-Montes (49%), do Alto Minho (48%), do Tâmega e Sousa (40%) e do Cávado (37%), ainda que o comércio apresentasse, nesta última sub-região, um peso próximo do registado pela indústria. Por sua vez, o comércio destacava-se na Área Metropolitana do Porto (42%), no Alto Tâmega (39%) e no Douro (38%), pese embora também nas restantes sub-regiões este setor agregasse uma parcela significativa do volume de negócios das empresas com sede em cada sub-região.

**Gráfico I.2.5 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (NUTS III) (volume de negócios, 2017)**

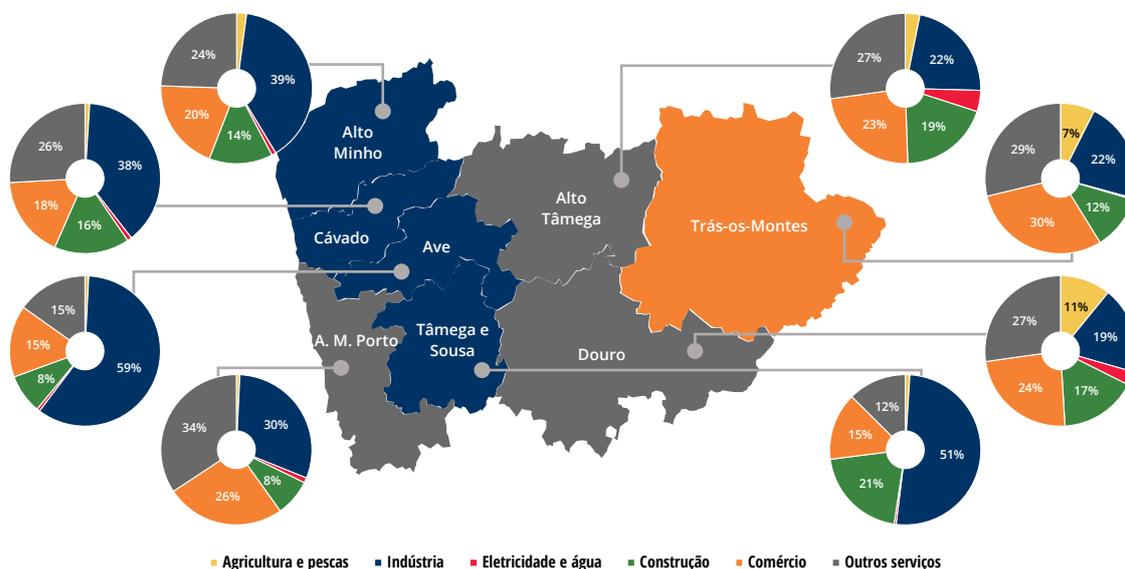


Nota: Em cada uma das sub-regiões, no mapa, a cor atribuída corresponde ao setor de atividade económica com maior peso em termos do volume de negócios.

Não obstante, em todas as sub-regiões, a maior parte das empresas aí sediadas, considerando o respetivo número de empresas, estavam associadas aos outros serviços. É de destacar o peso assumido por este setor na Área Metropolitana do Porto (49% das empresas), principalmente nas atividades imobiliárias e nas atividades ligadas à restauração e similares.

A indústria, quando considerada a repartição do número de pessoas ao serviço, destacava-se, em particular no Alto Minho, no Cávado, no Tâmega e Sousa e no Ave. Nesta última sub-região, inclusivamente, 59% das pessoas ao serviço estavam, em 2017, ligadas a empresas da indústria (Gráfico I.2.6). Nas demais sub-regiões, o setor terciário era o mais relevante (mesmo que, em alguns casos, a indústria continuasse a assumir um peso relevante): o comércio agregava a maior parcela das pessoas ao serviço das empresas das Terras de Trás-os-Montes e os outros serviços empregavam a maior parcela de pessoas ao serviço na Área Metropolitana do Porto, no Alto Tâmega e no Douro. Estas sub-regiões destacavam-se das restantes pelo maior peso das atividades administrativas e dos serviços de apoio na Área Metropolitana do Porto, das atividades de saúde humana e apoio social no Alto Tâmega e do alojamento e restauração no Douro. O setor da agricultura e pescas, que apresentava um peso residual no número de pessoas ao serviço no total da região Norte, era mais relevante nas sub-regiões do Douro (11% das pessoas ao serviço) e nas Terras de Trás-os-Montes (7%).

**Gráfico I.2.6 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (NUTS III)**  
(número de pessoas ao serviço, 2017)



Nota: Em cada uma das sub-regiões, no mapa, a cor atribuída corresponde ao setor de atividade económica com maior peso em termos do número de pessoas ao serviço.

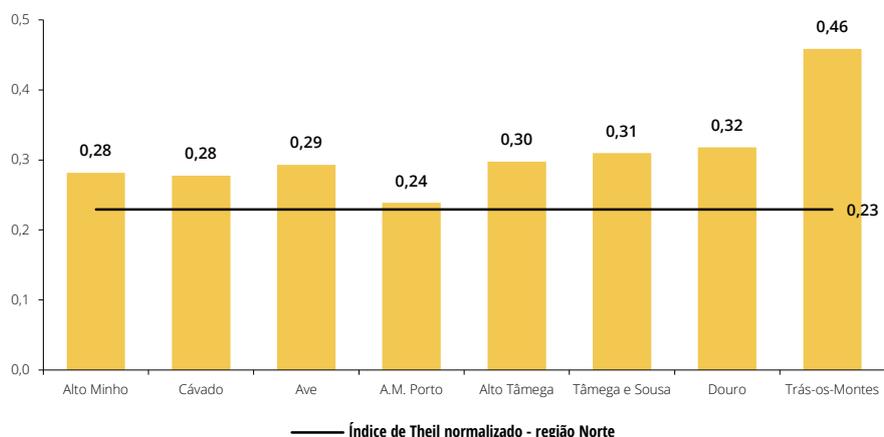
Entre 2013 e 2017, a estrutura setorial da maioria das sub-regiões que compõem a região Norte praticamente não se alterou quanto ao posicionamento relativo dos vários setores. Não obstante, nas sub-regiões do Douro e das Terras de Trás-os-Montes verificaram-se algumas variações tendo em conta a repartição do volume de negócios: no primeiro caso, o peso do comércio diminuiu 6 pp, por contrapartida do aumento do peso da eletricidade e água (8 pp); no segundo caso, o peso da indústria aumentou 17 pp, por contrapartida (de forma mais significativa) do decréscimo do peso do comércio (9 pp).

### Especialização setorial

Na presente secção é analisado o grau de especialização de um determinado agregado territorial por setores de atividade económica. O índice de Theil normalizado quantifica o grau de concentração do volume de negócios gerado num território, em determinadas atividades económicas, variando entre 0 (diversificação máxima) e 1 (especialização máxima). Este indicador depende apenas da estrutura setorial do território em análise, pelo que os valores resultantes não recorrem à utilização de um agregado territorial de referência. Ainda assim, os valores associados a este índice podem, em alguns casos, refletir a elevada concentração do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço (nos casos em que a análise se baseia nesta variável) associados a um conjunto relativamente reduzido de empresas do agregado territorial em causa.

O índice de especialização setorial de cada uma das sub-regiões que compõem a região Norte era superior ao registado quando considerada esta região como um todo. Este resultado indica que a diversificação das atividades desenvolvidas na região Norte, no seu todo, é o reflexo da agregação de sub-regiões relativamente especializadas em setores específicos, distintos de sub-região para sub-região (Gráfico I.2.7).

**Gráfico I.2.7 • Grau de especialização setorial por localização geográfica (NUTS III) | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2017)**



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

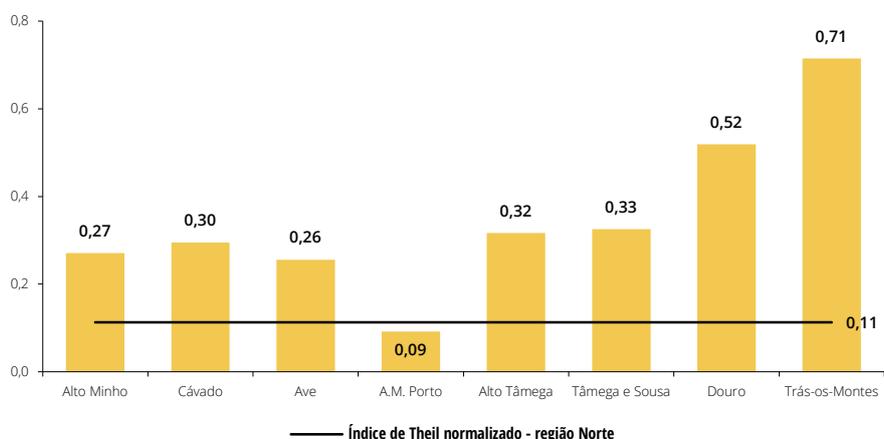
Em 2017, a sub-região das Terras de Trás-os-Montes registou o índice de especialização setorial mais elevado, destacando-se o contributo da fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis para o respetivo grau de especialização (39% do volume de negócios da sub-região foi gerado por esta atividade em 2017). Em oposição, a Área Metropolitana do Porto era a sub-região com o índice de especialização mais baixo, apresentando igualmente um valor mais próximo do registado pela região Norte como um todo. A Área Metropolitana do Porto apresentava, como tal, uma maior diversificação das atividades económicas desenvolvidas pelas empresas que aí tinham a sua sede.

Como já referido, a indústria e o comércio eram as atividades mais relevantes para o volume de negócios de qualquer das sub-regiões que integram a região Norte. Ao analisar em particular a relevância das atividades industriais, destacavam-se a indústria do vestuário, que agregava 10% do volume de negócios gerado pelo setor da indústria na região, a fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis, a fabricação de têxteis e a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, cada uma responsável por 9% do volume de negócios gerado por este setor na região.

As sub-regiões das Terras de Trás-os-Montes e do Douro apresentavam níveis de especialização setorial mais elevados a este nível (Gráfico I.2.8): na primeira, 79% do volume de negócios gerado por empresas ligadas à indústria era proveniente da fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis, determinando mesmo a maior especialização setorial desta sub-região, conforme já foi referido; na segunda, a maior parcela do volume de negócios gerado por empresas da indústria nesta sub-região estava associada à indústria das bebidas (58%).

Em contrapartida, a Área Metropolitana do Porto era a sub-região com o menor nível de especialização no que respeita às atividades industriais e era igualmente a única cujo índice de especialização era inferior ao registado pela região Norte como um todo. As indústrias alimentares e a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos eram as atividades industriais mais relevantes nesta sub-região, ao agregarem, cada uma, 10% do volume de negócios gerado pelas atividades industriais com sede na Área Metropolitana do Porto.

**Gráfico I.2.8 • Grau de especialização setorial nas atividades industriais, por localização geográfica (NUTS III) | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2017)**



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

As restantes sub-regiões apresentavam níveis intermédios de especialização. Atendendo ao peso no volume de negócios gerado pelo setor da indústria em cada sub-região, em 2017, destacavam-se: a fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis, ao agregar 33% do volume de negócios no Alto Minho; a fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos, atividade que gerou 25% do volume de negócios da sub-região do Cávado, parcela idêntica à gerada pela indústria do vestuário; a fabricação de têxteis, responsável por 25% do volume de negócios na sub-região do Ave; a indústria das bebidas e as indústrias alimentares, que agregavam, respetivamente, 31% e 25% do volume de negócios gerado no Alto Tâmega; e a indústria do couro e dos produtos do couro, responsável por 35% do volume de negócios da sub-região do Tâmega e Sousa.

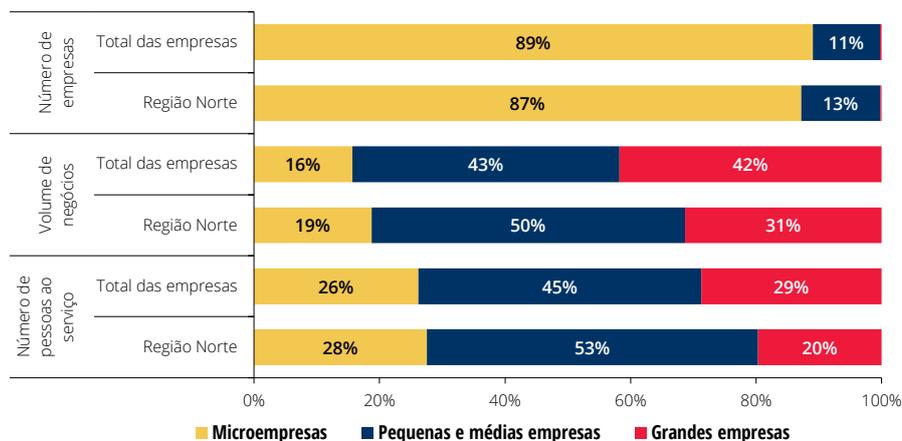
Em 2017, a região Norte apresentava um menor grau de especialização quando considerado o número de pessoas ao serviço do que quando considerado o volume de negócios. A sub-região do Tâmega e Sousa apresentava a maior especialização do emprego, com a indústria do couro e dos produtos do couro e a indústria do vestuário a concentrarem, no seu conjunto, 32% das pessoas ao serviço das empresas com sede nesta sub-região (63% das pessoas ao serviço da indústria).

### 2.1.3 Por classes de dimensão<sup>9</sup>

Em 2017, 87% das empresas sediadas na região Norte eram microempresas, as quais representavam 19% do volume de negócios e 28% das pessoas ao serviço da região (Gráfico I.2.9). As pequenas e médias empresas (13% das empresas sediadas na região Norte) geravam 50% do volume de negócios da região e agregavam 53% das pessoas ao serviço da região. Apesar de representarem apenas 0,2% das empresas sediadas na região Norte, as grandes empresas eram responsáveis por 31% do volume de negócios e agregavam 20% das pessoas ao serviço.

<sup>9</sup> A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em Anexo.

**Gráfico I.2.9 • Estruturas | Por classes de dimensão (2017)**



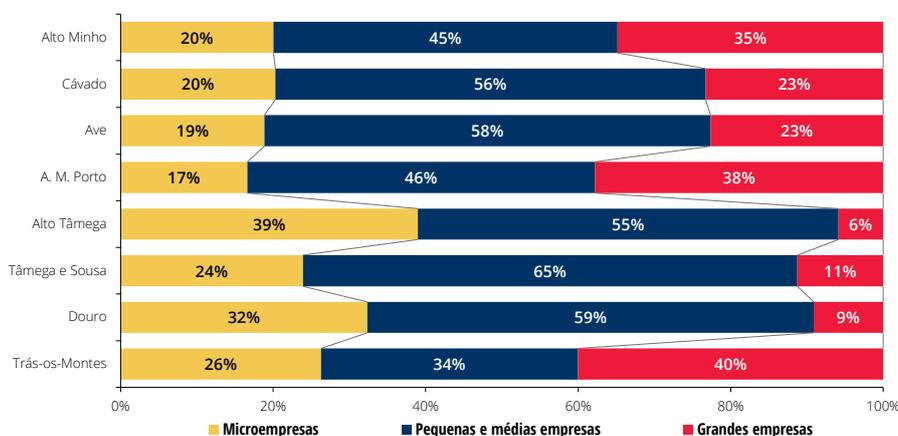
Entre 2013 e 2017, a estrutura empresarial da região, por classes de dimensão, praticamente não se alterou, ainda que o peso das microempresas tenha diminuído 1 pp em termos de volume de negócios e 2 pp em termos de pessoas ao serviço (compensado por variações simétricas no peso das grandes empresas).

Ao comparar a composição da estrutura empresarial da região Norte com a observada no total das empresas, destacava-se, em 2017, a maior relevância das pequenas e médias empresas (7 pp em termos de volume de negócios), por contrapartida do menor peso das grandes empresas (10 pp).

As microempresas eram predominantes em todas as localizações geográficas que integravam a região Norte. Em 2017 representavam mais de 80% das empresas de cada sub-região. No Alto Tâmega e no Douro o seu peso ascendia mesmo a 91%, em ambos os casos.

No entanto, à semelhança do verificado na região Norte como um todo, ao considerar a repartição do volume de negócios por classes de dimensão em cada uma das sub-regiões, destacava-se o peso das pequenas e médias empresas. Esta classe de dimensão gerava as maiores parcelas do volume de negócios das empresas com sede em qualquer das sub-regiões, com exceção das Terras de Trás-os-Montes, onde as grandes empresas eram responsáveis por 40% do volume de negócios (Gráfico I.2.10).

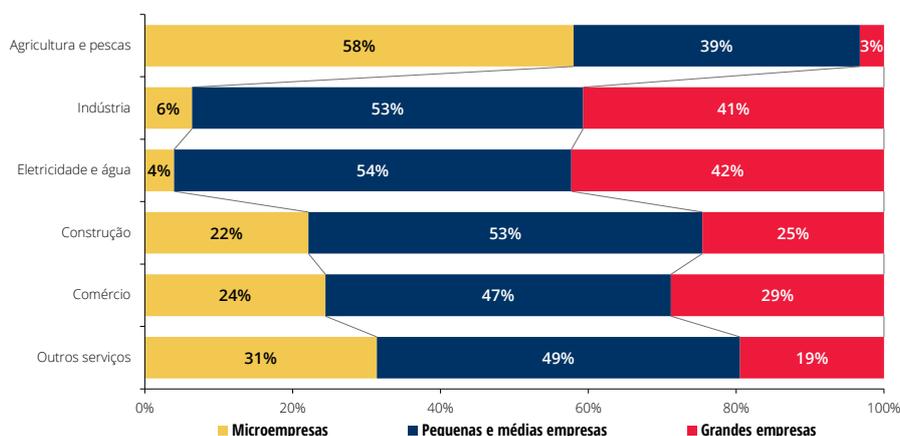
**Gráfico I.2.10 • Estruturas | Por classes de dimensão e por localização geográfica (NUTS III) (volume de negócios, 2017)**



Entre 2013 e 2017, as principais diferenças estruturais relativamente à composição da região Norte por classes de dimensão foram registadas nas Terras de Trás-os-Montes: a parcela do volume de negócios da sub-região gerada por grandes empresas aumentou 17 pp, enquanto o peso associado às microempresas diminuiu 11 pp.

Por setores de atividade económica, as microempresas eram, também, a classe de dimensão predominante em 2017, ainda que apresentassem um peso inferior na indústria e na eletricidade e água (agregavam 66% das empresas da região Norte associadas a cada uma destas atividades). Contudo, as pequenas e médias empresas eram responsáveis pelas maiores parcelas de volume de negócios em praticamente todos os setores (Gráfico I.2.11), com exceção da agricultura e pescas, setor no qual as microempresas continuavam a ser a classe de dimensão mais relevante: agregavam 58% do volume de negócios das empresas deste setor com sede na região Norte. Na indústria e na eletricidade e água, as pequenas e médias empresas geravam a maior parcela do volume de negócios, embora as grandes empresas também assumissem um peso relevante (superior a 40% em ambos os casos).

**Gráfico I.2.11 • Estruturas | Por classes de dimensão (região Norte, volume de negócios, 2017)**



Ao comparar as estruturas registadas em 2013 e em 2017, por classes de dimensão, é de destacar a diminuição de 11 pp da parcela do volume de negócios do setor da construção associada às grandes empresas na região Norte, enquanto a parcela associada às pequenas e médias empresas aumentou 8 pp.

Em 2017, as estruturas por classes de dimensão de cada um dos setores de atividade económica em cada sub-região não apresentavam discrepâncias significativas quando considerada a estrutura de acordo com o número de empresas.

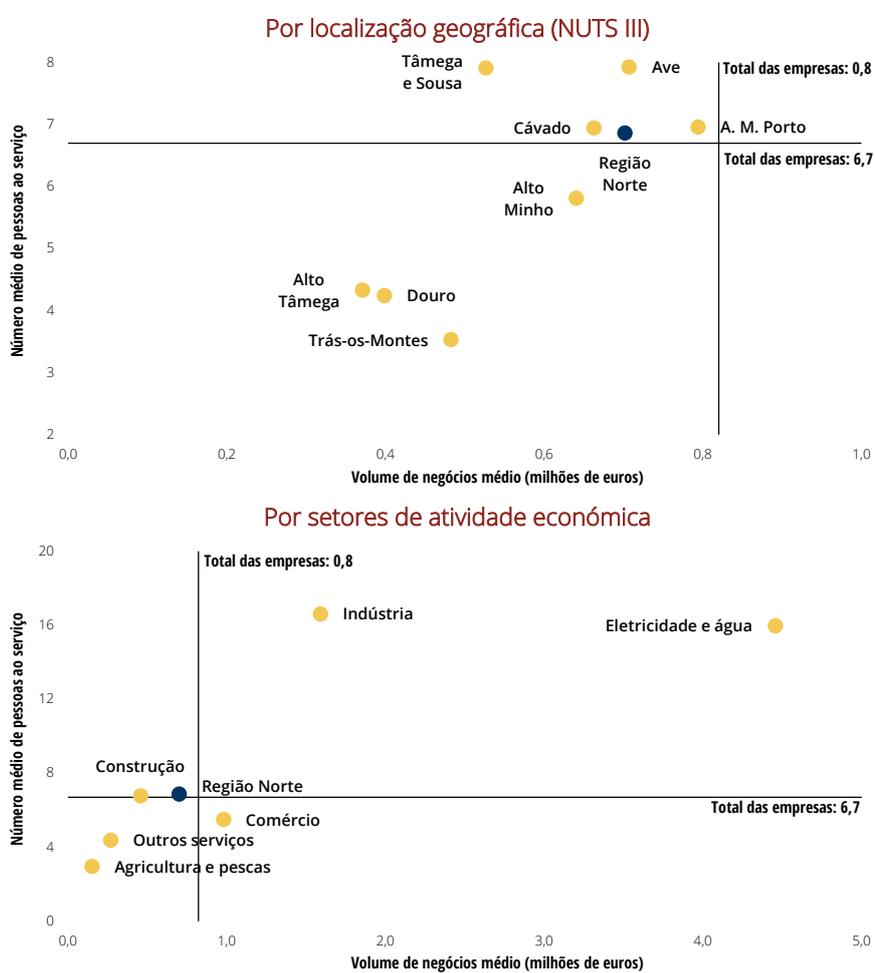
Já em termos do volume de negócios, destacavam-se algumas sub-regiões com comportamentos distintos. Na agricultura e pescas, as grandes empresas eram responsáveis por cerca de metade do volume de negócios do setor apenas na sub-região das Terras de Trás-os-Montes, situação análoga à observada no setor da indústria, cujo peso das grandes empresas era também superior na sub-região das Terras de Trás-os-Montes. No setor da eletricidade e água, as grandes empresas eram mais relevantes na sub-região do Alto Minho, apresentando pesos nulos nas sub-regiões do Ave e das Terras de Trás-os-Montes. Na construção, destacavam-se as pequenas e médias empresas na sub-região do Alto Tâmega, as quais geraram 72% do volume de negócios. No comércio, as grandes empresas apresentavam um peso particularmente elevado na Área Metropolitana do Porto (40% do respetivo volume de negócios), destacando-se, por outro lado, na sub-região do Alto Tâmega, as microempresas, que agregavam a maior parcela do volume de

negócios (57%). Nos outros serviços, apesar da maior similitude das estruturas regionais deste setor por classes de dimensão, a Área Metropolitana do Porto era a única a apresentar uma parcela do volume de negócios associada às microempresas inferior à média da região Norte e era, igualmente, a única a apresentar uma parcela associada às grandes empresas superior à média da região.

### 2.1.4 Empresa média<sup>10</sup>

A empresa média da região Norte gerou, em 2017, um volume de negócios de 702 mil euros (Gráfico I.2.12), o que correspondia a 85% do volume de negócios da empresa média nacional. Quanto ao número de pessoas ao serviço, a empresa média da região Norte empregou 7 pessoas em 2017, valor similar ao registado pela empresa média nacional.

**Gráfico I.2.12 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da região Norte | Relação com o total das empresas (2017)**



<sup>10</sup> A empresa média da região Norte corresponde ao valor total do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço da região dividido pelo número de empresas aí sediadas. A mesma metodologia é utilizada para determinar os valores associados às empresas médias de cada uma das sub-regiões, do total do território nacional (total das empresas) e das atividades económicas (no caso, com base apenas nas empresas da região Norte associadas a cada atividade).

A Área Metropolitana do Porto era a sub-região cuja empresa média gerava um volume de negócios mais próximo do registado pela empresa média nacional. Quanto ao número de pessoas ao serviço, as sub-regiões do Ave e do Tâmega e Sousa apresentavam o maior número médio de pessoas ao serviço e empregavam cerca de mais 20% de pessoas do que a empresa média nacional.

Em 2017, o setor da eletricidade e água constituía o agregado de empresas da região Norte cujo volume de negócios médio era mais elevado: 5,4 vezes superior ao da empresa média nacional. Este setor e a indústria apresentavam os maiores números médios de pessoas ao serviço da região: 2,4 e 2,5 vezes o número de pessoas ao serviço da empresa média nacional, respetivamente.

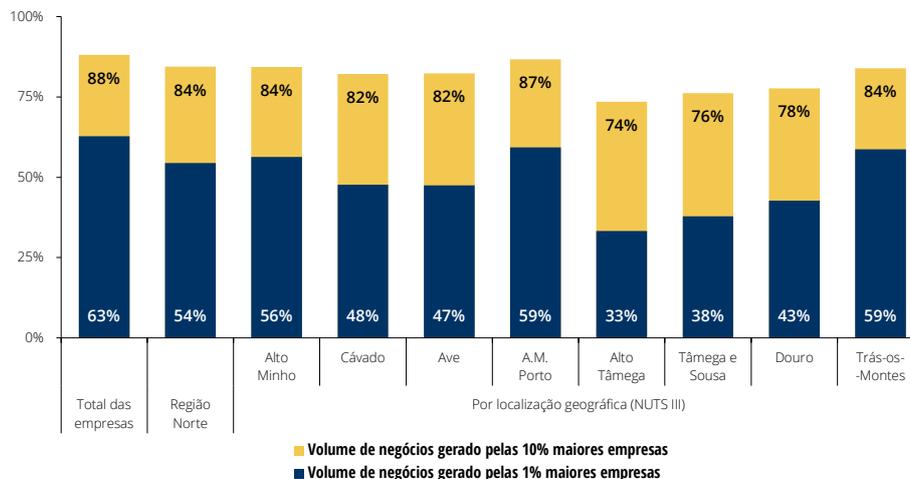
Contudo, ao comparar o volume de negócios médio gerado pelas empresas de cada um dos setores na região Norte e no total das empresas, no setor da eletricidade e água, em particular, a empresa média da região Norte gerava um volume de negócios que correspondia a 38% do apresentado pela empresa média nacional. Em contrapartida, o setor da construção era o único no qual a empresa média da região Norte apresentava um volume de negócios superior ao observado pela correspondente empresa média nacional.

As empresas da região Norte geraram, em 2017, 102 mil euros de volume de negócios por pessoa ao serviço, que compara com 122 mil euros para o total nacional. Todas as sub-regiões apresentavam um volume de negócios médio por pessoa ao serviço inferior ao observado para o total das empresas em Portugal, com exceção das Terras de Trás-os-Montes, sub-região na qual as empresas geraram em média 137 mil euros de volume de negócios por pessoa ao serviço, o que se justifica pela concentração do volume de negócios associado a um conjunto reduzido de empresas.

### 2.1.5 Concentração

A região Norte apresentou, em 2017, um menor grau de concentração da atividade e das pessoas ao serviço nas maiores empresas, por comparação com o total nacional. Nesse ano, as 1% maiores empresas da região Norte, tendo em conta os respetivos volumes de negócios individuais, geraram 54% do volume de negócios da região (63% no total das empresas) (Gráfico 1.2.13). Quando consideradas as 10% maiores empresas, o seu peso no volume de negócios foi também inferior na região Norte (84%) ao registado no total das empresas (88%). Todas as sub-regiões apresentaram um nível de concentração inferior ao registado no total nacional; ainda assim, na Área Metropolitana do Porto, nas Terras de Trás-os-Montes e no Alto Minho a concentração do volume de negócios nas 1% maiores empresas foi superior à observada no total da região Norte. O mesmo se verificava, quando consideradas as 10% maiores empresas, na Área Metropolitana do Porto.

**Gráfico I.2.13 • Volume de negócios gerado pelas 10% e 1% maiores empresas | Em percentagem do volume de negócios total (2017)**



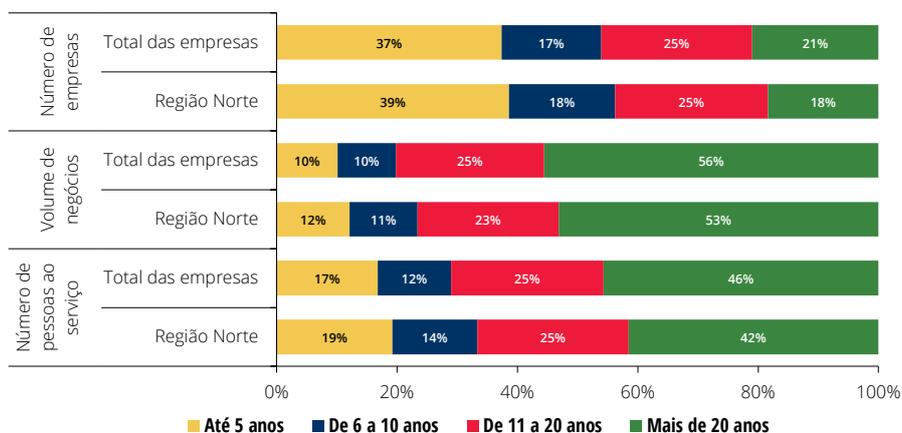
Em relação ao emprego, verificava-se um menor grau de concentração nas empresas com maior número de pessoas ao serviço. Em 2017, 35% das pessoas ao serviço da região Norte estavam associadas às 1% maiores empresas (43% no total das empresas). Apenas a Área Metropolitana do Porto apresentava um grau de concentração das pessoas ao serviço superior ao do total da região Norte, com 41% das pessoas ao serviço associadas às 1% maiores empresas.

### 2.1.6 Por classes de maturidade

A estrutura empresarial da região Norte atendendo às classes de maturidade<sup>11</sup> não diferia da verificada no total das empresas: o diferencial entre o peso das várias classes de maturidade era, em qualquer um dos casos, inferior a 2 pp, independentemente do indicador considerado (Gráfico I.2.14). Apesar de a parcela de empresas mais jovens ser ligeiramente superior na região Norte (56% das empresas tinham até 10 anos), o peso do volume de negócios gerado pelas empresas mais antigas era superior. O mesmo se verificava tendo em conta a repartição do número de pessoas ao serviço (as empresas com 11 anos ou mais eram responsáveis por 77% do volume de negócios e 67% das pessoas ao serviço). Neste conjunto de empresas, destacavam-se aquelas com idade superior a 20 anos: em 2017, 53% do volume de negócios das empresas da região Norte e 42% das pessoas ao serviço estavam associados a esta classe de maturidade.

<sup>11</sup> A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (21 anos ou mais).

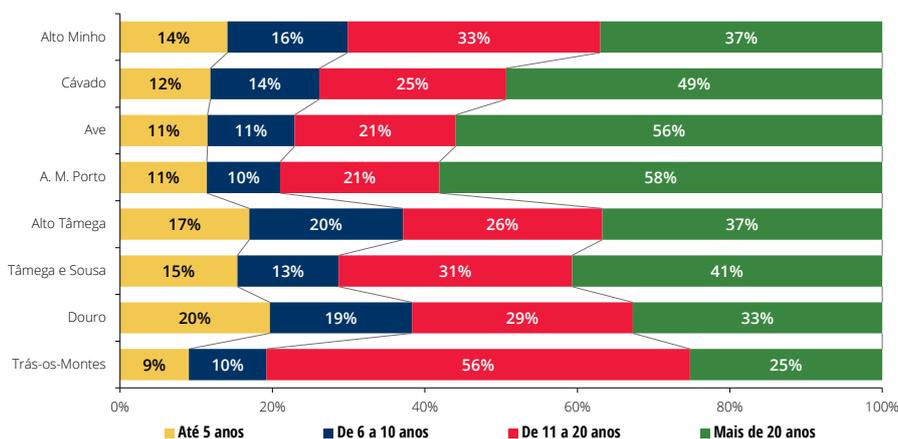
**Gráfico I.2.14 • Estruturas | Por classes de maturidade (2017)**



No período 2013-2017, não obstante o aumento da relevância das empresas mais jovens em termos do número de empresas (2 pp), as empresas com 11 anos ou mais passaram a contribuir em mais 1 pp para o volume de negócios gerado pelas empresas da região Norte.

O peso do volume de negócios gerado pelas empresas mais antigas (com 11 ou mais anos de atividade) era superior ao verificado no total da região nas Terras de Trás-os-Montes (81%), na Área Metropolitana do Porto (79%) e no Ave (77%) (Gráfico I.2.15). O Douro e o Alto Tâmega registavam os pesos mais baixos deste conjunto de empresas no volume de negócios das respetivas sub-regiões (62% e 63%, respetivamente).

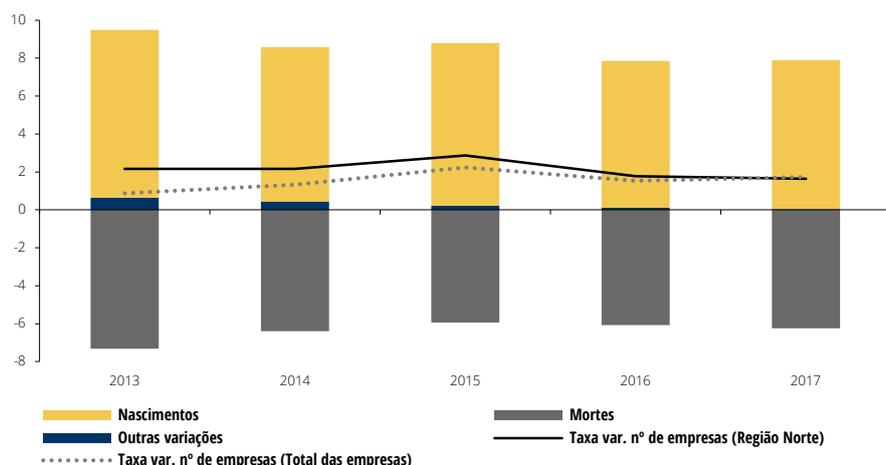
**Gráfico I.2.15 • Estruturas | Por classes de maturidade e por localização geográfica (NUTS III) (volume de negócios, 2017)**



## 2.2 Demografia

O número de empresas em atividade na região Norte aumentou 1,6% entre 2016 e 2017, crescimento ligeiramente inferior ao observado para o total das empresas (1,7%) (Gráfico I.2.16). Esta evolução distingue-se da observada nos períodos anteriores, durante os quais a taxa de variação do número de empresas foi mais elevada na região Norte do que no total do país.

**Gráfico I.2.16 • Número de empresas da região Norte | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem)**

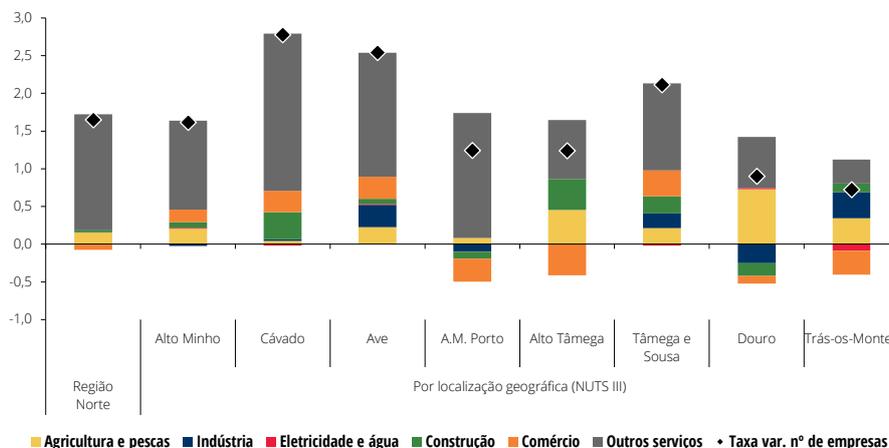


Os nascimentos de empresas contribuíram em 7,9 pp para a taxa de variação do número de empresas na região Norte (8,3 pp no total das empresas). O impacto das cessações de empresas, em termos absolutos, foi menor na região Norte (6,3 pp) face ao registado no total das empresas (6,7 pp). A dinâmica de criação e cessação de empresas na região Norte abrandou entre 2013 e 2017, em consequência, em termos genéricos, da redução das taxas de natalidade e mortalidade de empresas na região neste período.

Em 2017, as sub-regiões do Cávado (2,8%), do Ave (2,5%) e do Tâmega e Sousa (2,1%) registaram os maiores aumentos do número de empresas em atividade. Estas evoluções, comparativamente com as observadas nas demais sub-regiões, deveram-se, essencialmente, ao menor contributo, em termos absolutos, das cessações de empresas para a taxa de variação do número de empresas (5,6 pp, 5,3 pp e 5,7 pp, respetivamente). Na sub-região do Cávado, o maior dinamismo esteve ainda associado ao maior contributo dos nascimentos para a variação do número de empresas (8,4 pp), comparativamente com o registado nas demais sub-regiões.

Entre 2016 e 2017, o crescimento do número de empresas em atividade na região Norte teve origem, na sua maior parte, no setor dos serviços (excluindo o comércio), o qual contribuiu em 1,5 pp para o crescimento de 1,6% registado na região (Gráfico I.2.17). O contributo predominante dos outros serviços para a evolução do número de empresas observava-se em todas as sub-regiões, com destaque para as sub-regiões do Cávado (contributo de 2,1 pp para um crescimento de 2,8%), do Ave (contributo de 1,6 pp para um crescimento de 2,5%) e para a Área Metropolitana do Porto (contributo de 1,7 pp para um crescimento de 1,2%).

**Gráfico I.2.17 • Número de empresas | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem), por setores de atividade económica (2017)**



O comércio foi o único setor a contribuir negativamente para a evolução do número de empresas em atividade na região em 2017, devido ao decréscimo de 0,3% registado no respetivo número de empresas. Neste setor, a redução do número de empresas foi mais relevante no Alto Tâmega (1,4%), na Área Metropolitana do Porto e nas Terras de Trás-os-Montes (ambos com 1,1%).

Em 2017, os restantes setores apresentaram, genericamente, contributos positivos residuais para a evolução do número de empresas em atividade na região Norte. É, no entanto, possível destacar algumas evoluções mais relevantes a nível regional. A indústria registou os maiores contributos para o crescimento do número de empresas nas Terras de Trás-os-Montes e na sub-região do Ave (0,3 pp em ambos os casos). Já o setor da agricultura e pescas contribuiu mais para a evolução do número de empresas do Douro (0,7 pp) e do Alto Tâmega (0,5 pp), ao passo que a construção apresentou os maiores contributos para as evoluções registadas no Cávado e no Alto Tâmega (0,4 pp em ambos os casos).

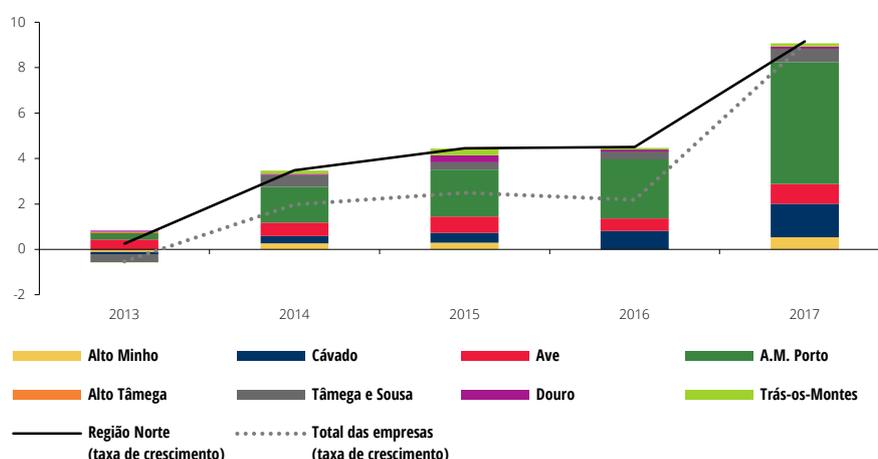
# 3 Análise económica e financeira

## 3.1 Atividade e rendibilidade

### 3.1.1 Volume de negócios

O volume de negócios da região Norte aumentou 9% em 2017 (Gráfico I.3.1). Esta subida superou a registada no ano anterior em 5 pp e foi similar à verificada, em 2017, no total das empresas. O crescimento do volume de negócios da região Norte foi, em 2017, o mais elevado do período 2013-2017, mantendo a trajetória de crescimento evidenciada nos anos anteriores.

**Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



Em 2017, a evolução do volume de negócios foi positiva em todas as localizações geográficas que integram a região Norte, com destaque para as sub-regiões do Alto Minho e do Cávado; nestas sub-regiões, o volume de negócios aumentou, respetivamente, 11% e 14% em 2017. A Área Metropolitana do Porto, não obstante, foi a que mais contribuiu para o crescimento do volume de negócios da região Norte: aumento de 9%, em 2017, o que representou um contributo de 5 pp. Esta situação registou-se igualmente, de um modo geral, entre 2013-2017.

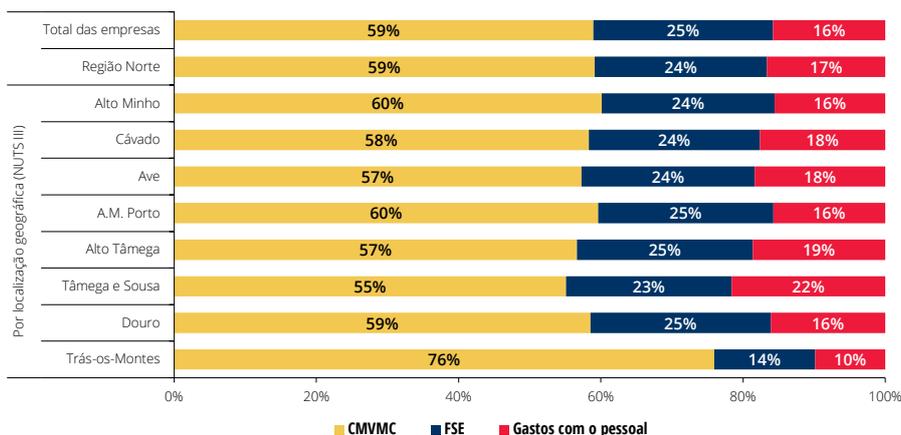
Todos os setores de atividade económica da região Norte registaram evoluções positivas dos respetivos volumes de negócios em 2017. A construção, os outros serviços e a agricultura e pescas apresentaram as taxas de crescimento mais elevadas (superiores a 10%). Ainda assim, o comércio e a indústria foram os setores de atividade económica que mais contribuíram para o crescimento do volume de negócios na região Norte (contributos de 3 pp em ambos os casos).

Por classes de dimensão, as pequenas e médias empresas contribuíram em 5 pp para a variação do volume de negócios da região, seguindo-se as grandes empresas com um contributo de 3 pp. Estes contributos estiveram associados a crescimentos do volume de negócios de 9% e 11%, respetivamente.

### 3.1.2 Gastos da atividade operacional<sup>12</sup>

Em 2017, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) constituía 59% dos gastos da atividade operacional das empresas da região Norte, percentagem similar à observada no total das empresas (Gráfico I.3.2). Também os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal apresentavam, na região, pesos próximos dos registados no total das empresas (24% e 17%, respetivamente). Entre 2013 e 2017, a estrutura de gastos da atividade operacional da região Norte permaneceu praticamente inalterada (redução de 1 pp no peso do CMVMC).

Gráfico I.3.2 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2017)



A estrutura dos gastos da atividade operacional da maioria das localizações geográficas que integram a região Norte não diferia muito da registada no total das empresas da região. As diferenças mais significativas estavam associadas à estrutura registada nas Terras de Trás-os-Montes, sub-região na qual o CMVMC representava 76% dos gastos operacionais, e no Tâmega e Sousa, sub-região na qual os gastos com o pessoal assumiam maior relevância: 22% dos gastos operacionais.

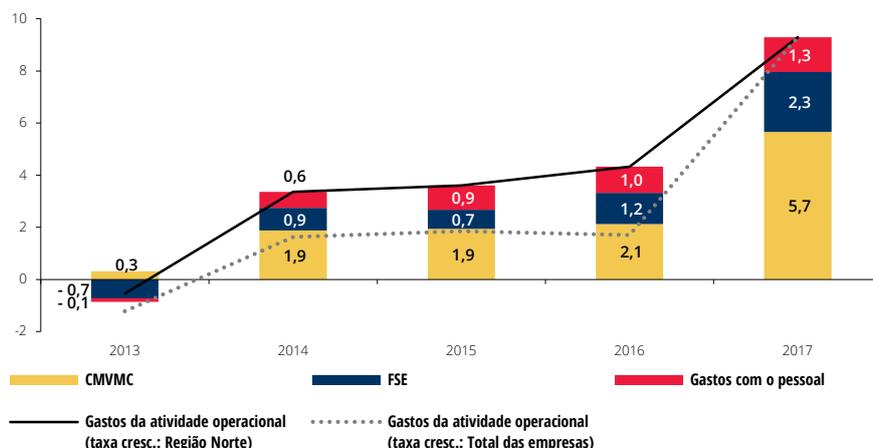
Por setores de atividade económica, a indústria apresentava a estrutura de gastos da atividade operacional mais próxima da observada pelo total das empresas da região Norte. Já a construção e os outros serviços apresentavam estruturas mais diferenciadas: os FSE representavam cerca de 50% dos gastos da atividade operacional em ambos os setores, enquanto o peso dos gastos com o pessoal superava, igualmente, o verificado no total da região (25% e 29%, respetivamente).

Por classes de dimensão, destacava-se a maior relevância do CMVMC na estrutura de gastos da atividade operacional das empresas da região Norte, independentemente da sua classe de dimensão.

Entre 2016 e 2017, os gastos da atividade operacional da região Norte aumentaram 9%, evolução idêntica à observada no total das empresas (Gráfico I.3.3). Entre 2014 e 2016, o crescimento dos gastos da atividade operacional da região Norte foi sempre superior ao verificado no total das empresas.

<sup>12</sup> O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

**Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



Todas as componentes dos gastos da atividade operacional da região Norte registaram aumentos entre 2016 e 2017: o CMVMC aumentou 10% (contributo de 6 pp para a taxa de variação anual dos gastos da atividade operacional da região Norte), seguindo-se os FSE e os gastos com o pessoal, com subidas de 9% e 8% e contributos de 2 pp e 1 pp, respetivamente.

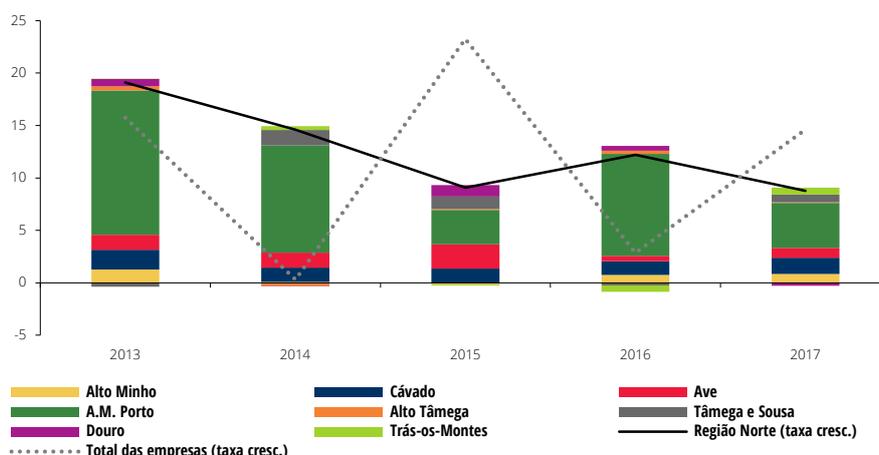
Tendo em conta a localização geográfica, o maior aumento dos gastos da atividade operacional foi registado na sub-região do Cávado (14%), consequência dos aumentos de 14% e 16% dos FSE e do CMVMC das respetivas empresas. No sentido oposto, as sub-regiões do Tâmega e Sousa e do Douro registaram as menores variações dos respetivos gastos da atividade operacional: 7% e 5%, respetivamente.

### 3.1.3 EBITDA<sup>13</sup>

O EBITDA gerado pelas empresas da região Norte voltou a crescer em 2017 (9%). Este foi o quinto ano consecutivo em que o EBITDA das empresas da região aumentou, ainda que este crescimento tenha sido menor que o registado em 2016 (12%) e inferior a metade do crescimento apresentado pela região em 2013 (19%) (Gráfico I.3.4). No último ano, também o crescimento do EBITDA do total das empresas (15%) foi superior ao observado na região Norte. Não obstante, entre 2013 e 2017, o EBITDA gerado pela região Norte cresceu 53% (46% no total das empresas). No mesmo período, as sub-regiões do Cávado e do Tâmega e Sousa apresentaram os maiores crescimentos dos respetivos EBITDA: 83% e 61%, respetivamente.

<sup>13</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

**Gráfico I.3.4 • EBITDA | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**

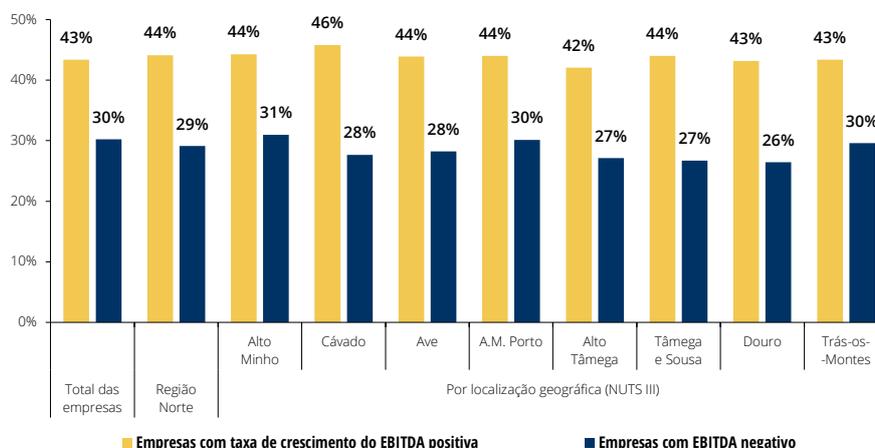


Todas as sub-regiões contribuíram para o aumento do EBITDA da região Norte em 2017, à exceção da sub-região do Douro, que apresentou um contributo marginalmente negativo para a taxa de crescimento deste indicador da região Norte. A Área Metropolitana do Porto destacou-se como a sub-região que mais contribuiu para o crescimento do EBITDA da região Norte (4 pp). Esta situação verificou-se, igualmente, no período 2013-2017, ainda que em menor escala em 2015, ano em que a Área Metropolitana do Porto contribuiu em 3 pp para o crescimento de 9% registado pelo EBITDA da região Norte.

Por setores de atividade económica, apenas a construção apresentou, em 2017, um contributo negativo (em 1 pp) para a taxa de crescimento do EBITDA da região Norte. No mesmo ano, a indústria e os outros serviços registaram os maiores contributos positivos para a evolução desta rubrica (4 pp, em ambos os casos). Por classes de dimensão, as pequenas e médias empresas destacaram-se, com um contributo de 6 pp para a evolução do EBITDA da região Norte.

Em 2017, 44% das empresas da região Norte apresentaram crescimento do EBITDA (43% no total das empresas) (Gráfico I.3.5). O peso das empresas com crescimento do EBITDA na região Norte foi, entre 2013 e 2017, sempre superior ao registado no total das empresas. Tendo em conta a localização geográfica das empresas, esta proporção oscilou entre 42% no Alto Tâmega e 46% no Cávado.

**Gráfico I.3.5 • EBITDA | Proporção de empresas com taxa de crescimento do EBITDA positiva e com EBITDA negativo (2017)**



No mesmo ano, 29% das empresas da região Norte apresentaram EBITDA negativo, percentagem inferior à verificada no total das empresas (30%), situação que também se verificou entre 2013 e 2017. Apresentaram percentagens superiores à da região Norte as sub-regiões do Alto Minho, das Terras de Trás-os-Montes e da Área Metropolitana do Porto.

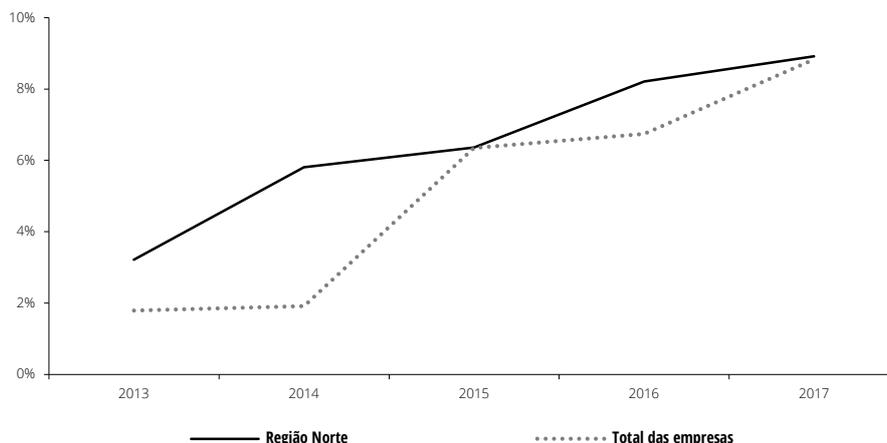
A proporção de empresas com variação positiva do EBITDA na região Norte era crescente com a classe de dimensão das empresas, ao passo que o peso das empresas com EBITDA negativo era decrescente. Por setores de atividade económica, a percentagem de empresas com crescimento do EBITDA foi similar à verificada pela região Norte, enquanto o peso das empresas com EBITDA negativo era menor na eletricidade e água (23%) e mais elevado nos outros serviços (32%).

### 3.1.4 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios<sup>14</sup> da região Norte foi de 9%, em 2017, valor 1 pp superior ao observado no ano anterior (Gráfico I.3.6). Esta variação foi inferior à registada no total das empresas (2 pp, para 9%). Não obstante a similitude dos valores registados em 2017, a rendibilidade dos capitais próprios da região Norte manteve-se marginalmente superior à do total das empresas, característica igualmente registada nos anos anteriores.

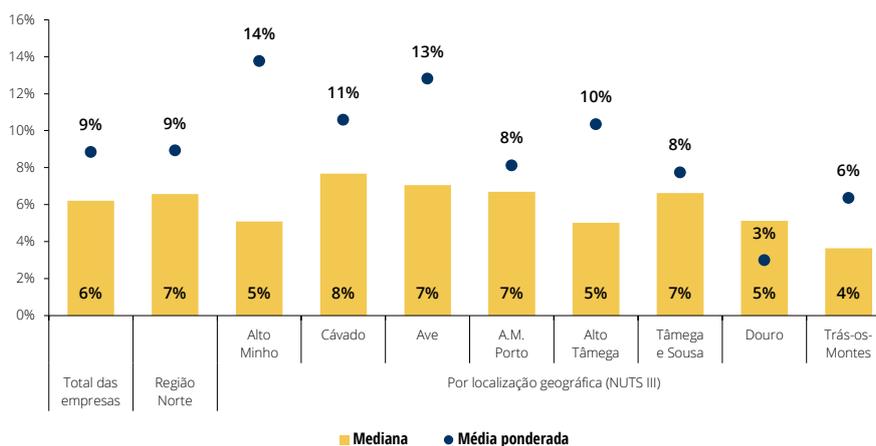
<sup>14</sup> A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

**Gráfico I.3.6 • Rendibilidade dos capitais próprios**



Em 2017, metade das empresas sediadas na região Norte apresentava níveis de rentabilidade iguais ou inferiores a 7% (6%, no total das empresas) (Gráfico I.3.7). Por localização geográfica, apenas no Douro o valor médio da rentabilidade dos capitais próprios (3%) era superado pela respetiva mediana (5%). Já a sub-região do Alto Minho apresentava o maior diferencial entre os valores médio e mediano (9 pp): metade das suas empresas apresentava níveis de rentabilidade iguais ou inferiores a 5%, pese embora esta sub-região ter registado, em termos agregados, a rentabilidade mais elevada (14%, seguida do Ave, com 13%). Em contrapartida, as sub-regiões do Douro e das Terras de Trás-os-Montes registaram os valores agregados mais baixos: rentabilidades de 3% e 6%, respetivamente. Não obstante, todas as sub-regiões apresentaram subidas das respetivas rentabilidades, à exceção do Douro. Ainda assim, entre 2013 e 2017, o aumento da rentabilidade foi transversal a todas as sub-regiões, destacando-se o aumento de 9 pp, para 11%, registado no Cávado.

**Gráfico I.3.7 • Rendibilidade dos capitais próprios | Média ponderada e mediana da distribuição (2017)**

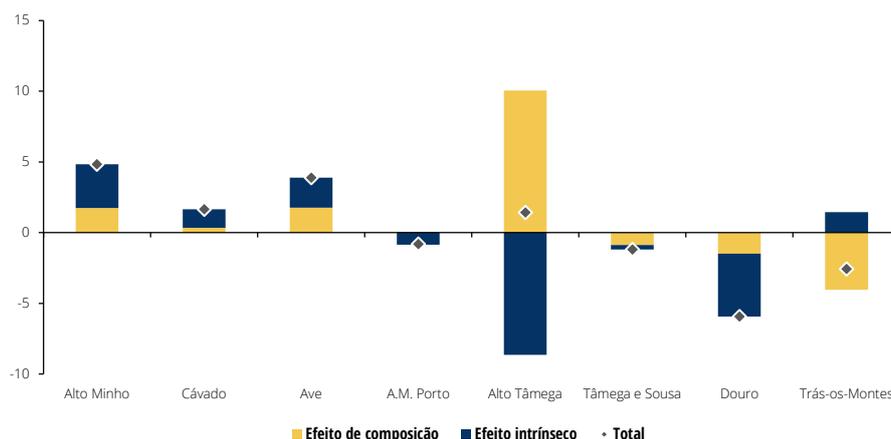


É de salientar que a rentabilidade dos capitais próprios das empresas da região Norte pode depender da composição do tecido empresarial das sub-regiões que a compõem. Por outro lado, as características intrínsecas das empresas de cada sub-região, tal como a sua dimensão, o tipo de

gestão, e outros fatores individuais podem também condicionar a rentabilidade agregada. No sentido de analisar o contributo de cada um destes efeitos, decompôs-se o diferencial entre a rentabilidade dos capitais próprios de cada uma das sub-regiões face à rentabilidade agregada para o total da região Norte, de acordo com a metodologia definida em Banco Central Europeu (2017).

Em 2017, os maiores diferenciais relativamente à rentabilidade das empresas da região Norte foram apresentados pelas sub-regiões do Alto Minho e do Douro – no primeiro caso, o diferencial era positivo em 5 pp, enquanto no segundo caso este diferencial era negativo em 6 pp (Gráfico I.3.8). Em ambos os casos, os efeitos da composição setorial dos respetivos tecidos empresariais e das características intrínsecas das empresas destas sub-regiões contribuíram para o diferencial no mesmo sentido (positivamente, no Alto Minho; no sentido negativo, no Douro), embora o segundo efeito assumisse maior relevância. Destacam-se, ainda, os efeitos associados ao Alto Tâmega: apesar do diferencial face à rentabilidade agregada da região Norte se ter situado apenas em 1 pp, a estrutura setorial da sub-região contribuiu para uma rentabilidade superior à observada no total da região Norte em 10 pp. Por outro lado, as características intrínsecas das empresas sediadas no Alto Tâmega contribuíram para uma rentabilidade dos capitais próprios da sub-região inferior em 9 pp à observada na região Norte como um todo.

**Gráfico I.3.8 • Rentabilidade dos capitais próprios | Decomposição do diferencial face ao total da região Norte (2017, em pp)**



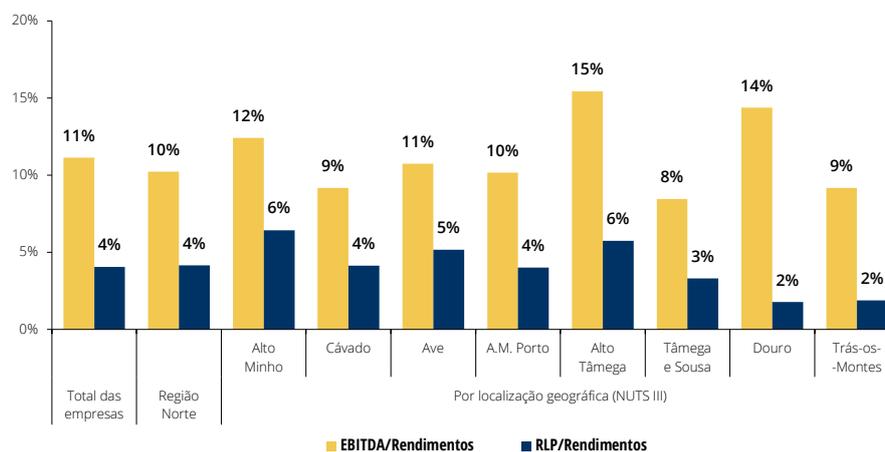
A rentabilidade dos capitais próprios era crescente com a classe de dimensão das empresas da região Norte, situação transversal ao período 2013-2017. Por setores de atividade económica, a eletricidade e água e a indústria apresentaram, em 2017, os maiores níveis de rentabilidade: 16% e 12%, respetivamente. Os restantes setores observaram rácios inferiores ao registado pela região Norte como um todo. Em particular, a agricultura e pescas e a construção apresentaram os níveis de rentabilidade mais baixos: 2% e 5%, respetivamente.

Em 2017, a margem operacional da região Norte (EBITDA/rendimentos<sup>15</sup>) foi de 10%, valor inferior em 1 pp ao do total das empresas. Já a margem líquida (resultado líquido do período

<sup>15</sup> Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos” que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

(RLP)/rendimentos) ascendeu a 4%, valor marginalmente superior ao registado pelo total das empresas (Gráfico I.3.9). A margem operacional das empresas da região Norte foi inferior à verificada no total das empresas nos anos entre 2013 e 2017, com exceção de 2014. No que respeita à margem líquida, a situação era a inversa: a região Norte apresentou valores consistentemente superiores aos do total das empresas em todos os anos do período analisado.

**Gráfico I.3.9 • Resultados | Peso face aos rendimentos (2017)**



As sub-regiões do Alto Tâmega e do Douro apresentaram as margens operacionais mais elevadas em 2017 (15% e 14%, respetivamente). O Alto Tâmega estava igualmente entre as sub-regiões com maiores margens líquidas (6%, valor idêntico ao registado pelas empresas do Alto Minho). Não obstante, as sub-regiões do Alto Tâmega e do Douro apresentaram, no mesmo ano, as maiores diferenças entre a margem operacional e a margem líquida (10 pp e 13 pp, respetivamente).

Os gastos de amortização e de depreciação foram responsáveis pela maior parte do diferencial entre a margem operacional e a margem líquida. Em 2017, contribuíram em 4 pp para o diferencial observado no total da região Norte. Já os gastos de financiamento representaram 1% dos rendimentos das empresas da região Norte em 2017, tendo atingido os 4% nas Terras de Trás-os-Montes e 5% no Douro.

Entre 2013 e 2017, todas as sub-regiões que integram a região Norte registaram subidas das respetivas margens operacional e líquida, à exceção do Alto Tâmega e das Terras de Trás-os-Montes que apresentaram descidas das respetivas margens operacionais de 1 pp e 2 pp, respetivamente.

Em 2017, todas as classes de dimensão apresentavam margens operacional e líquida idênticas às da região Norte como um todo. Por setores de atividade económica, a eletricidade e água destacava-se com as maiores margens: margem operacional de 37% e margem líquida de 14%.

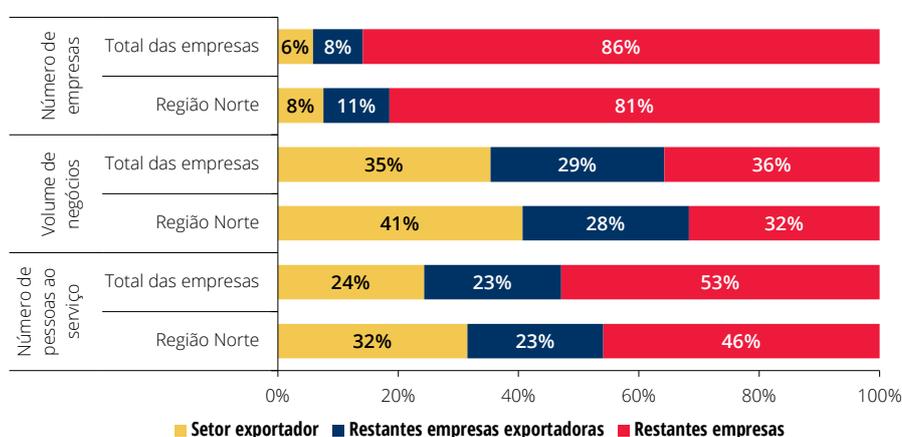
Em virtude da relevância do mercado externo e das ligações com o exterior para a atividade das empresas da região Norte, é apresentada na caixa 1, “A relevância do mercado externo para a região Norte”, informação sobre o importante contributo das exportações e das importações para a atividade das empresas da região.

### Caixa 1 • A relevância do mercado externo para a região Norte

Os resultados apresentados no estudo da Central de Balanços n.º 31 – *Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016* demonstram que a região Norte regista a maior proporção de empresas do setor exportador, entre as regiões que compõem o território nacional, assim como o segundo maior peso das exportações no volume de negócios, apenas superado pelo valor observado para a Região Autónoma da Madeira. Os indicadores apresentados nesta caixa permitem analisar com maior detalhe a relevância do mercado externo para as empresas da região Norte.

Em 2017, 19% das empresas da região Norte realizaram exportações e 8% integravam o setor exportador<sup>16</sup>, parcelas 5 pp e 2 pp superiores, respetivamente, às verificadas no total das empresas (Gráfico C1.1). As empresas pertencentes ao setor exportador eram responsáveis por 41% do volume de negócios gerado pelas empresas da região (35% no total das empresas).

Gráfico C1.1 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador (2017)



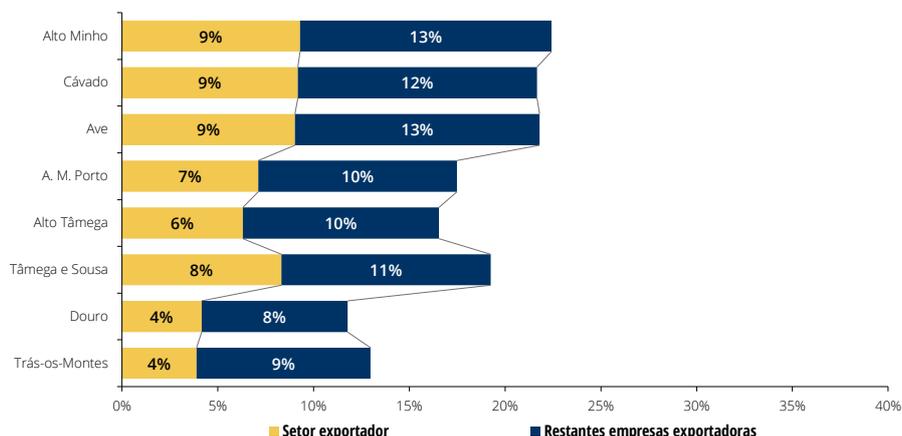
Entre 2013 e 2017, a parcela de empresas da região Norte que integrava o setor exportador aumentou ligeiramente, bem como a respetiva quota-parte no volume de negócios gerado na região (0,5 pp e 0,6 pp, respetivamente).

O peso das empresas do setor exportador era mais elevado nas sub-regiões do Alto Minho, Ave, Cávado (9%, em todos os casos) do que no total da região Norte (Gráfico C1.2). Nestas sub-regiões, cerca de uma em cada cinco empresas realizou exportações em 2017. Na situação oposta encontravam-se as sub-regiões do Douro e das Terras de Trás-os-Montes, nas quais 4% do total das empresas integravam o setor exportador. As 1% maiores empresas da região Norte tendo em conta o respetivo volume de exportações eram responsáveis por 83% do total das exportações da região em 2017 (89% no total das empresas). Esta concentração era mais elevada nas sub-regiões das Terras de Trás-os-Montes e do Alto-Minho, nas quais as 1% maiores empresas foram

<sup>16</sup> O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta do *Estudo da Central de Balanços n.º 22 – Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da *Nota de Informação Estatística n.º 122* | 2017. As restantes empresas exportadoras compreendem as empresas que realizaram exportações abaixo dos limiares definidos para inclusão no setor exportador.

responsáveis, em 2017, por 97% e 88% das exportações de cada uma destas regiões, respetivamente, demonstrando que a dinâmica exportadora das empresas com sede nestas duas sub-regiões resultou de um reduzido número de empresas de grande dimensão.

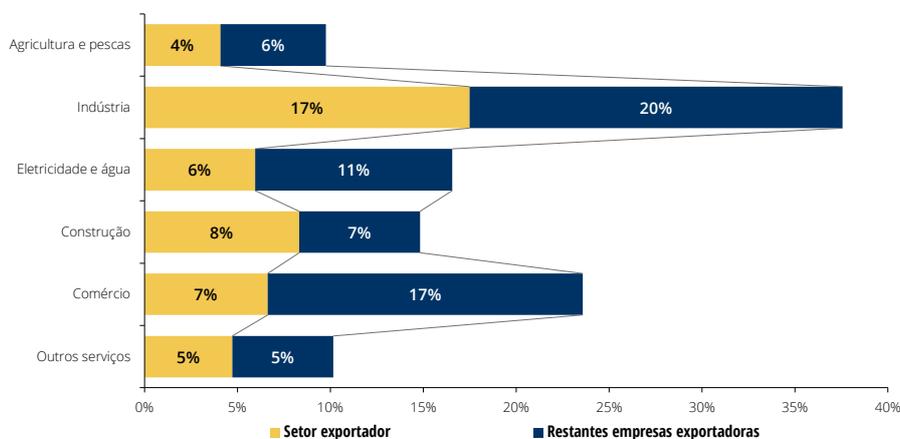
**Gráfico C1.2 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador e por localização geográfica (NUTS III) (número de empresas, 2017)**



Entre 2013 e 2017, a proporção de empresas do setor exportador aumentou em todas as sub-regiões, com destaque para os aumentos observados no Alto Tâmega (1,2 pp) e no Alto Minho (1 pp).

Por setores de atividade económica, os pesos do setor exportador apresentaram maior amplitude do que o verificado na partição por localização geográfica. Por um lado, em 2017, o setor exportador reunia 4% das empresas do setor da agricultura e pescas e 5% das empresas dos outros serviços (Gráfico C1.3). No outro extremo, 17% das empresas da região Norte com atividade na indústria pertenciam ao setor exportador; essa proporção ascendia a 37% se considerada a totalidade das empresas que realizaram exportações em 2017.

**Gráfico C1.3 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador e por setores de atividade económica (região Norte, número de empresas, 2017)**

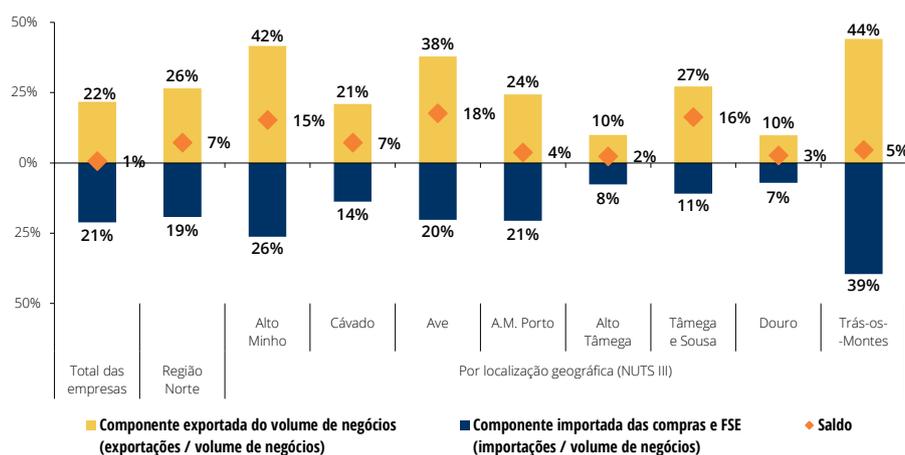


As empresas pertencentes ao setor exportador foram, em 2017, mais relevantes na região Norte do que no total das empresas, independentemente do setor de atividade económica. O maior diferencial registava-se no setor da construção, no qual 8% das empresas da região Norte pertenciam ao setor exportador, mais 3 pp do que a parcela registada no total das empresas. Em termos do volume de negócios, o peso do setor exportador foi também superior na região Norte, na maioria dos setores de atividade económica. A construção destacava-se, novamente, com um diferencial de 7 pp favorável ao peso do setor exportador na região (34% do volume de negócios gerado por este setor de atividade). Por outro lado, nos setores da eletricidade e água e dos outros serviços, o peso do setor exportador na região Norte era inferior ao do total do país. Na eletricidade e água, em particular, o peso do setor exportador na região era 25 pp inferior ao verificado no total das empresas, agregado no qual o setor exportador representava 31% do respetivo volume de negócios.

A maior relevância do setor exportador na região Norte, em comparação com o total do país, tinha reflexo no peso do mercado externo no volume de negócios da região. Em 2017, as exportações representaram 26% do volume de negócios das empresas da região, peso 5 pp superior ao observado no total das empresas (Gráfico C1.4).

Em 2017, o peso das exportações no volume de negócios foi mais elevado nas sub-regiões das Terras de Trás-os-Montes (44%), Alto Minho (42%), Ave (38%) e Tâmega e Sousa (27%) do que no total da região Norte, não obstante a elevada concentração do volume de exportações num número relativamente reduzido de empresas de algumas destas sub-regiões, já referido anteriormente. Quando considerado o saldo entre a componente exportada das vendas e a componente importada das compras e FSE, a sub-região das Terras de Trás-os-Montes exibiu um perfil distinto das restantes sub-regiões mencionadas. A componente importada das compras e FSE representou 39% do volume de negócios das empresas desta sub-região, contribuindo para um valor de exportações líquidas de importações equivalente a 5% do respetivo volume de negócios. Por comparação, este saldo registou os valores mais elevados no Ave (18%), no Tâmega e Sousa (16%) e no Alto Minho (15%).

**Gráfico C1.4 • Componente exportada do volume de negócios e componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2017)**

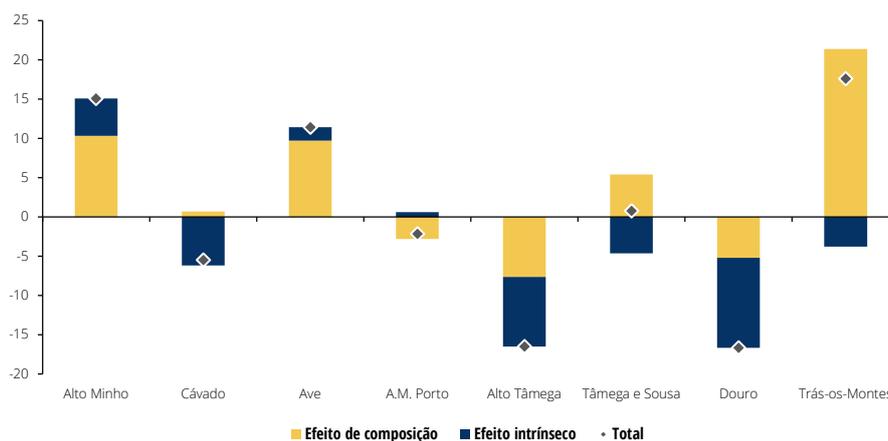


Nota: A componente importada das compras e FSE encontra-se representada na parte inferior do gráfico. Apesar de apresentar valores positivos, esta componente contribui de forma negativa para o saldo das transações com o exterior, que corresponde à diferença entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE.

O maior peso das exportações no volume de negócios das sub-regiões das Terras de Trás-os-Montes, Alto Minho, Ave e Tâmega e Sousa, por comparação com o total da região Norte, resultou, em maior medida, da composição setorial destas sub-regiões do que das características intrínsecas das suas empresas (Gráfico C1.5). Nestas sub-regiões, destacou-se o peso de atividades com maior perfil exportador, como a fabricação de veículos automóveis e suas componentes, nas Terras de Trás-os-Montes e no Alto Minho, a indústria têxtil e do vestuário no Ave e a indústria do couro e produtos do couro no Tâmega e Sousa. No caso das empresas com sede nas Terras de Trás-os-Montes, destacou-se ainda o diferencial positivo registado pelas grandes empresas da sub-região face ao peso das exportações no volume de negócios do total da região Norte. Quando consideradas apenas as microempresas e as pequenas e médias empresas, esta sub-região exibiu um peso das exportações no volume de negócios 11 pp inferior ao rácio observado para a região Norte (21%).

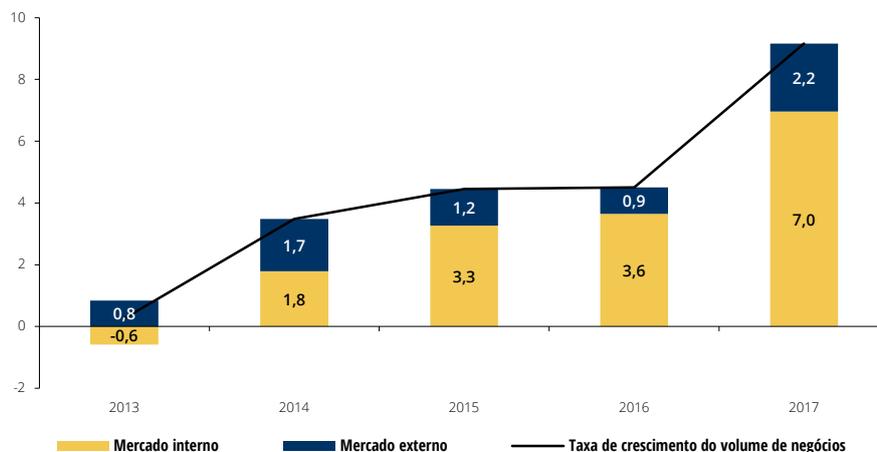
Em oposição, o peso das exportações no volume de negócios foi inferior ao registado no total da região Norte nas sub-regiões do Douro (17 pp), Alto Tâmega (16 pp) e Cávado (5 pp). Estas diferenças decorreram, sobretudo, do efeito intrínseco, indicando que, nestas sub-regiões, as empresas exportaram uma menor proporção do seu volume de negócios, em comparação com empresas com atividades semelhantes localizadas nas restantes sub-regiões.

**Gráfico C1.5 • Peso das exportações no volume de negócios | Decomposição do diferencial face ao total da região Norte (2017, em pp)**



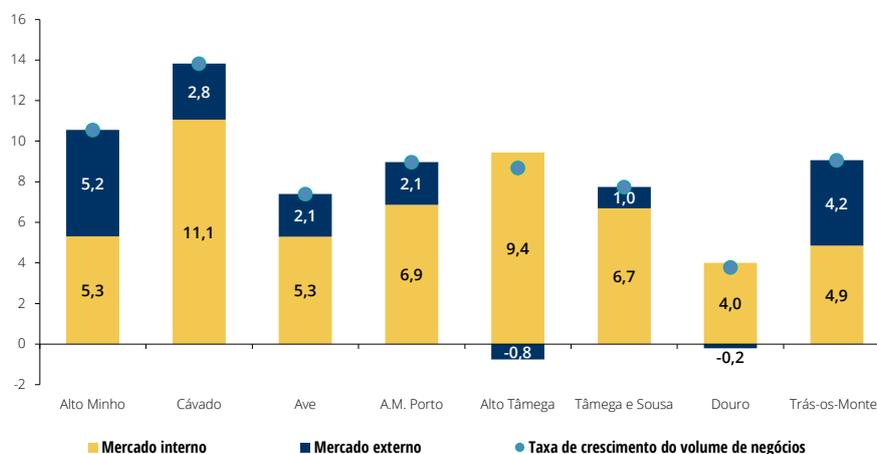
O contributo do mercado externo para a variação do volume de negócios da região Norte foi sempre positivo entre 2013 e 2017, embora inferior ao contributo do mercado interno a partir de 2014 (Gráfico C1.6). Em 2017, as exportações contribuíram em 2 pp para o crescimento de 9% do volume de negócios das empresas da região Norte.

**Gráfico C1.6 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem, 2017)**



O contributo do mercado externo foi particularmente relevante para a evolução do volume de negócios das empresas do Alto Minho (5 pp para uma variação de 11%) e das Terras de Trás-os-Montes (4 pp para uma variação de 9%) (Gráfico C1.7). Em contrapartida, em 2017 as exportações contribuíram de forma negativa para a evolução do volume de negócios das empresas do Alto Tâmega e do Douro.

**Gráfico C1.7 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual, por localização geográfica (NUTS III) (em percentagem, 2017)**



Em 2017, o mercado externo contribuiu em 4 pp para o crescimento do volume de negócios da indústria e da construção na região Norte. Por dimensão, o mercado externo foi mais relevante para as grandes empresas da região (contributo de 5 pp para a taxa de variação de 11%).

A relação das empresas da região Norte com o exterior era também influenciada pelas empresas alvo de investimento direto do exterior em Portugal (IDE)<sup>17</sup>. Embora o número de empresas com capitais estrangeiros fosse residual (1% das empresas da região Norte, em 2017, que compara com 2% no total das empresas), estas representavam 15% do volume de negócios e 30% das exportações da região (24% e 37%, respetivamente, no total das empresas). Destacavam-se as sub-regiões das Terras de Trás-os-Montes e do Alto Minho, nas quais as empresas com IDE representavam, respetivamente, 40% e 31% do volume de negócios aí gerado. O peso destas empresas nas exportações era mais expressivo: 88% e 58% das exportações destas sub-regiões, respetivamente, tinham origem em empresas com investimento direto do exterior.

Refira-se ainda que, em 2017, o *stock* de IDE na região Norte concentrava-se nas indústrias transformadoras (41%), nas atividades imobiliárias (22%) e na construção (11%), situação registada ao longo de todo o período analisado. O peso das indústrias transformadoras no *stock* de IDE de cada sub-região era ainda mais elevado nas sub-regiões do Alto Minho e do Ave, situando-se consistentemente acima de 90% no período em análise.

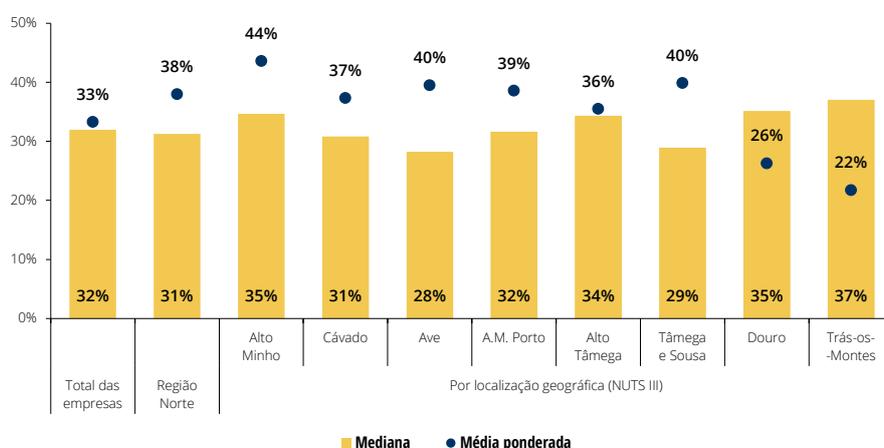
<sup>17</sup> O investimento direto do exterior em Portugal (IDE) observa-se quando as participações de entidades não residentes no capital de empresas residentes traduzem um interesse de caráter duradouro e garantem às primeiras controlo ou influência significativa sobre a gestão das segundas. Para mais informação sobre a compilação das estatísticas de posição de investimento internacional, pode ser consultado o *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2015 – Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional – Notas metodológicas*.

## 3.2 Situação financeira

### 3.2.1 Capitais próprios

A autonomia financeira da região Norte foi de 38% em 2017, valor 5 pp acima do observado no total das empresas (Gráfico I.3.10). Entre 2013 e 2017, a autonomia financeira da região registou um incremento de 7 pp (acima do aumento de 4 pp verificado no total das empresas). Em 2017, pelo menos metade das empresas da região Norte apresentaram uma autonomia financeira inferior à verificada no total da região (valor da mediana igual a 31%), situação transversal a todo o período analisado e que foi verificada, também, no total das empresas.

Gráfico I.3.10 • Autonomia financeira | Média ponderada e mediana da distribuição (2017)



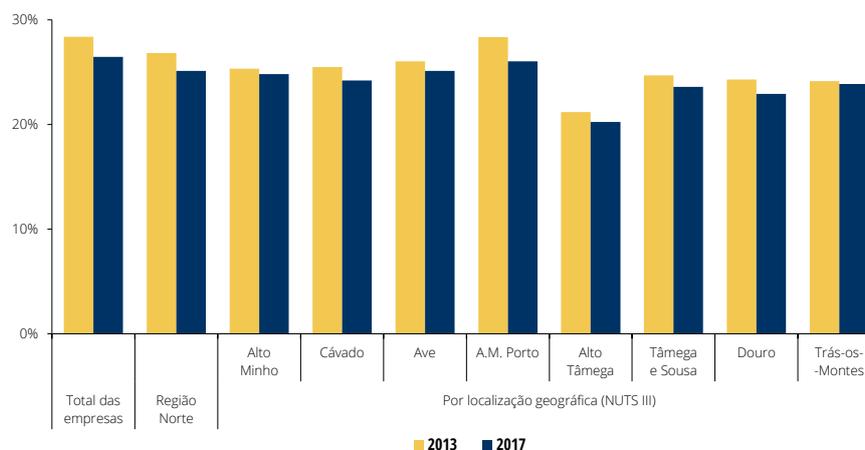
Em 2017, a sub-região do Alto Minho apresentou a autonomia financeira mais elevada (44%). Em contrapartida, as sub-regiões do Douro e das Terras de Trás-os-Montes apresentaram os níveis de autonomia financeira mais baixos: 26% e 22%, respetivamente. Eram, igualmente, as únicas sub-regiões cuja autonomia financeira média era inferior ao valor registado por, pelo menos, metade das respetivas empresas. De igual modo, as sub-regiões do Douro e das Terras de Trás-os-Montes apresentaram os maiores diferenciais em relação à autonomia financeira da região Norte como um todo: a proporção de ativo financiado por capitais próprios era, nestas sub-regiões, inferior em 12 pp e em 16 pp, respetivamente, à percentagem verificada no total da região Norte. Para estes diferenciais negativos tiveram maior relevância as características intrínsecas das empresas sediadas nas sub-regiões em causa.

Entre 2013 e 2017, as sub-regiões do Cávado e do Tâmega e Sousa foram aquelas cujos rácios de autonomia financeira mais aumentaram (10 pp, em ambos os casos). Pelo contrário, a sub-região das Terras de Trás-os-Montes destacava-se por ter sido a única cuja autonomia financeira diminuiu ao longo do período analisado.

Em 2017, a autonomia financeira da região Norte era tanto menor quanto maior a dimensão das empresas. Por setores de atividade económica, o nível médio de autonomia financeira era mais elevado na agricultura e pescas (47%), por oposição ao registado na eletricidade e água e na construção, setores que apresentavam autonomias financeiras inferiores a 30%.

Um quarto das empresas da região Norte apresentava capitais próprios negativos em 2017 (26% no total das empresas) (Gráfico I.3.11). Ainda assim, no período analisado, a relevância destas empresas diminuiu 2 pp, variação idêntica à observada no total das empresas.

**Gráfico I.3.11 • Autonomia financeira | Proporção de empresas com capitais próprios negativos**



A diminuição do peso das empresas com capitais próprios negativos entre 2013 e 2017 foi transversal às várias sub-regiões que integram a região Norte. Este peso era, em 2017, superior na Área Metropolitana do Porto (26%), única sub-região onde o peso relativo deste conjunto de empresas superava o peso verificado no total da região Norte. O peso das empresas da região Norte com capitais próprios negativos era decrescente com a respetiva classe de dimensão ao passo que, por setores de atividade económica, este conjunto de empresas apresentava maior relevo no comércio: 28%, que compara com 16% na eletricidade e água, setor situado no extremo oposto no que respeita a este indicador.

### 3.2.2 Capitais alheios

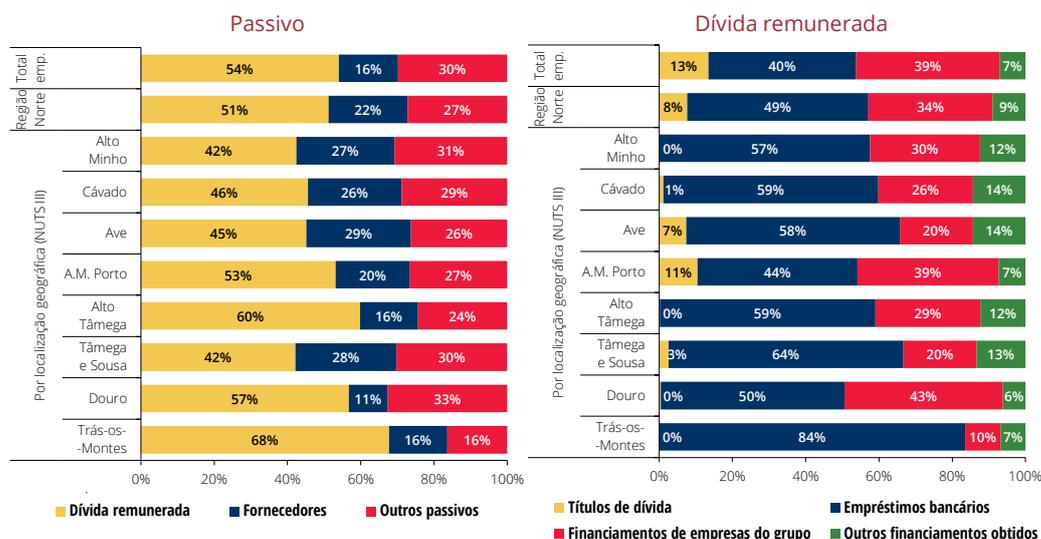
O financiamento com recurso a capitais alheios constituía uma forma relevante de financiar a atividade das empresas da região Norte, ainda que assumisse uma importância inferior à verificada quando considerada a totalidade das empresas em Portugal.

Em 2017, à semelhança do que era observado no total das empresas, a dívida remunerada<sup>18</sup> representava a principal fonte de capital alheio das empresas da região Norte, correspondendo a 51% do respetivo passivo (Gráfico I.3.12). As dívidas a fornecedores (ou créditos comerciais) compreendiam a 22% do total do passivo, com a restante parcela associada a outros passivos<sup>19</sup>. A estrutura do passivo da região Norte e das sub-regiões que a integram era similar à observada nos anos anteriores.

<sup>18</sup> A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

<sup>19</sup> A classe “Outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

Gráfico I.3.12 • Passivo | Estrutura (2017)



Analisando a composição do passivo das empresas por localização geográfica, a dívida remunerada correspondia, em 2017, à maior parcela em todas as sub-regiões, apresentando pesos mais expressivos nas Terras de Trás-os-Montes e no Alto Tâmega: 68% e 60% do passivo, respetivamente.

Em 2017, os empréstimos bancários<sup>20</sup> representavam a maior parcela da dívida remunerada da região Norte (49%, 9 pp acima do peso verificado no total das empresas), seguindo-se os financiamentos de empresas do grupo, que constituíam 34% da dívida remunerada da região (39% no total das empresas).

A composição da dívida remunerada por localização geográfica das empresas apresentava diferenças assinaláveis face à observada no conjunto das empresas da região Norte, ainda que as diferentes componentes apresentassem o mesmo posicionamento, em termos de importância relativa. Os empréstimos bancários assumiam a primazia em todas as sub-regiões, ainda que se verificasse uma diferença de 40 pp entre o seu peso máximo (84% da dívida remunerada, nas Terras de Trás-os-Montes) e mínimo (44%, na Área Metropolitana do Porto). A Área Metropolitana do Porto destacava-se ainda por ser a única sub-região a apresentar, em 2017, um peso da dívida titulada superior ao observado na região Norte como um todo (11%, que comparava com 8%). Os financiamentos de empresas do grupo eram mais significativos na dívida remunerada da sub-região do Douro e na da Área Metropolitana do Porto (pesos de 43% e de 39%, respetivamente).

A estrutura da dívida remunerada da região Norte em 2017 diferia, em média, da registada nos anos anteriores, por força da diminuição do peso dos empréstimos bancários, ainda que esta componente permanecesse a mais relevante. Esta evolução verificou-se na maior parte das sub-regiões que compõem a região Norte, mas foi especialmente notória no Cávado e no Douro.

Em 2017, a dívida remunerada correspondia à parcela mais significativa do passivo das empresas da região Norte, independentemente da classe de dimensão a que pertenciam. Ainda assim, o peso desta rubrica era mais expressivo nas pequenas e médias empresas (54% do respetivo passivo), predominantemente associada a empréstimos bancários (61% da dívida remunerada

<sup>20</sup> A caixa 2 "Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente" disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

das pequenas e médias empresas da região Norte). Nas microempresas e nas grandes empresas, registava-se um maior equilíbrio entre os pesos dos empréstimos bancários e dos financiamentos de empresas do grupo.

Por setores de atividade económica, a dívida remunerada também correspondia às maiores parcelas dos passivos de todos os agregados, representando 73% do passivo das empresas da eletricidade e água da região Norte, em 2017. Os empréstimos bancários correspondiam à maior parcela na maioria dos setores de atividade económica, à exceção do setor da eletricidade e água no qual os financiamentos de empresas do grupo assumiam maior importância.

Entre 2016 e 2017, o passivo das empresas da região Norte aumentou 2% (Quadro I.3.1), variação idêntica à observada no total das empresas e que prolongou a trajetória de crescimento iniciada no ano anterior. No período entre 2013 e 2017, o passivo da região apresentou um crescimento acumulado de 4%.

**Quadro I.3.1 • Passivo | Taxa de crescimento anual (2017)**

		Dívida remunerada	Fornecedores	Outros passivos	Passivo
Total das empresas		0,9%	4,2%	2,6%	1,9%
Região Norte		0,7%	4,6%	3,3%	2,2%
Por localização geográfica (NUTS III)	Alto Minho	1,0%	8,6%	11,3%	6,0%
	Cávado	3,5%	4,1%	6,5%	4,5%
	Ave	1,4%	7,1%	1,8%	3,1%
	A.M. Porto	1,0%	4,3%	4,2%	2,5%
	Alto Tâmega	-3,4%	-0,3%	4,8%	-1,1%
	Tâmega e Sousa	4,2%	2,7%	3,7%	3,6%
	Douro	-7,6%	1,1%	-11,9%	-8,2%
	Trás-os-Montes	-1,8%	6,0%	2,2%	0,0%

Nota: O sombreado escuro destaca a sub-região (NUTS III) com a variação mais significativa do passivo e de cada uma das suas componentes. O sombreado claro identifica todas as variações positivas.

Para o crescimento do passivo registado em 2017 contribuíram todas as suas componentes: créditos comerciais, outros passivos e a dívida remunerada, componentes que aumentaram 5%, 3% e 1%, respetivamente. A variação da dívida remunerada resultou de aumentos dos montantes associados às várias componentes, com exceção dos empréstimos bancários, rubrica que registou uma redução de 5%.

Por localização geográfica, o passivo registou, em 2017, subidas na maioria dos agregados, com a sub-região do Alto Minho a observar o maior crescimento (6%). As sub-regiões do Douro e do Alto Tâmega registaram decréscimos, com destaque para a redução de 8% na primeira, em resultado das diminuições dos montantes associados à dívida remunerada e aos outros passivos (8% e 12%, respetivamente). Nas restantes sub-regiões, em linha com a situação evidenciada pela região Norte como um todo, os capitais alheios sob a forma de créditos comerciais ou de outros passivos apresentaram, em geral, subidas, que foram globalmente mais pronunciadas do que as verificadas na dívida remunerada.

Em 2017, o passivo das pequenas e médias empresas da região Norte registou o maior crescimento (7%), por classes de dimensão. Em oposição, o passivo das microempresas decresceu 6%. Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas apresentou, no mesmo ano, o

maior crescimento do passivo (8%), enquanto a construção foi o único setor cujo passivo diminuiu (1%).

Dada a relevância dos empréstimos bancários na composição do passivo da região Norte, apresenta-se na caixa 2, "Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente", informação complementar sobre esta forma de financiamento. Destaca-se o peso maioritário da Área Metropolitana do Porto na repartição do financiamento obtido pelas empresas da região Norte. Também o incumprimento evidenciava situações distintas consoante a localização geográfica das sedes das empresas.

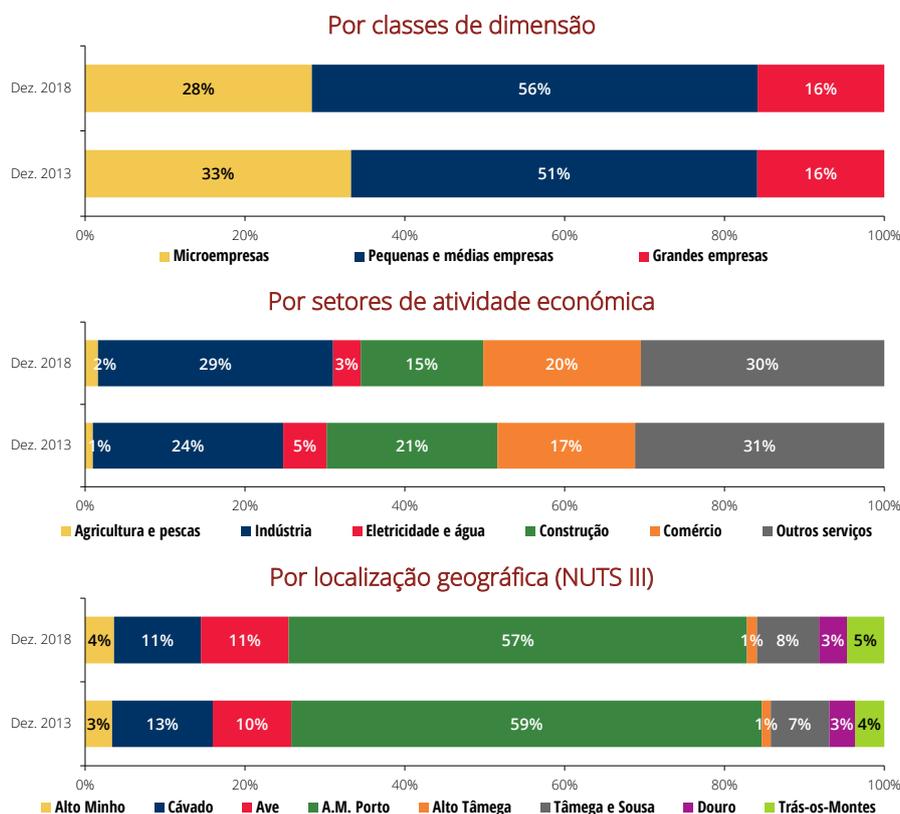
## Caixa 2 • Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente<sup>21</sup>

Com base na informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, analisa-se, nesta caixa, o montante total dos empréstimos obtidos pelas empresas da região Norte junto de instituições de crédito residentes em Portugal<sup>22</sup>, e compara-se a situação no final de dezembro de 2018 com a observada no final de dezembro de 2013.

No final de 2018, a região Norte agregava 29% dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente às empresas portuguesas, peso similar ao observado no final de 2017 e 2 pp superior ao registado em dezembro de 2013.

Do montante de crédito concedido às empresas da região Norte em dezembro de 2018, 56% concentrava-se nas pequenas e médias empresas, 28% nas microempresas e 16% nas grandes empresas (Gráfico C2.1). Por setores de atividade económica, a indústria e os outros serviços agregavam as maiores parcelas do crédito concedido à região Norte (29% e 30%, respetivamente). Já a Área Metropolitana do Porto era a sub-região responsável pela maior parcela dos empréstimos atribuídos à região Norte, ao reunir 57% deste montante, no final de 2018.

**Gráfico C2.1 • Composição do financiamento obtido pelas empresas da região Norte junto do sistema financeiro residente (valores em fim de período)**



<sup>21</sup> Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Caderno do Banco de Portugal*, n.º 5 – *Central de Responsabilidades de Crédito*.

<sup>22</sup> Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo, bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. No final de 2018, cerca de 94% do crédito concedido a empresas não financeiras por instituições de crédito (IC) residentes tinha origem em bancos.

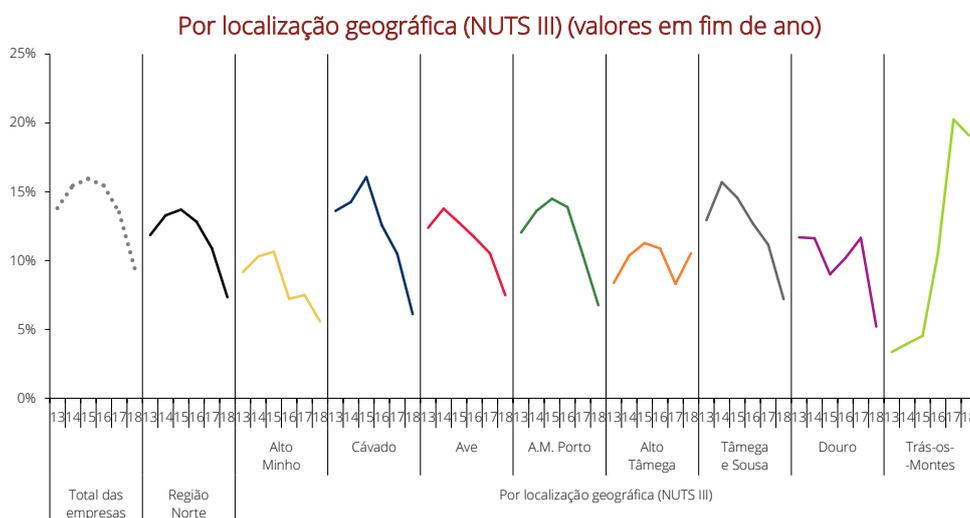
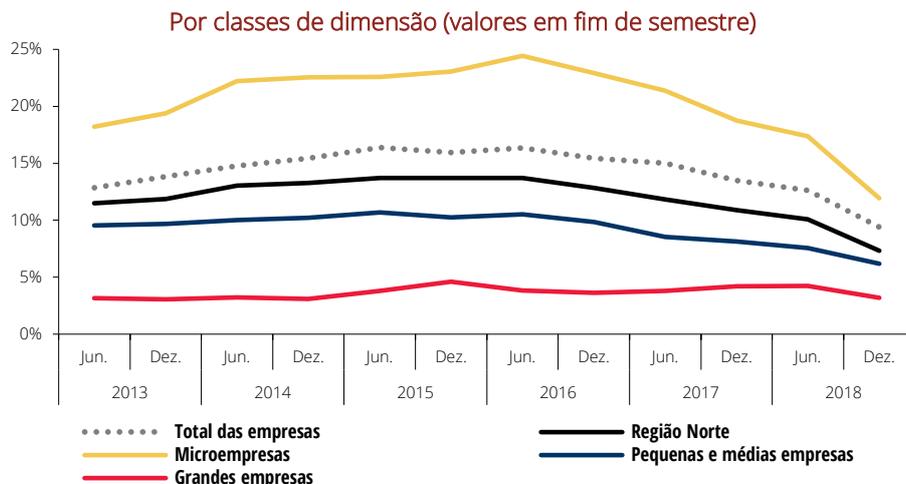
A distribuição do montante de crédito concedido às empresas da região Norte tendo em conta a estrutura das sub-regiões que a compõem não se modificou entre dezembro de 2013 e dezembro de 2018. Por classes de dimensão, registou-se, no mesmo período, o reforço do peso das pequenas e médias empresas, com a respetiva parcela de crédito a aumentar 5 pp, por contrapartida da diminuição verificada nas microempresas. Por setores de atividade económica, a maior variação ocorreu na parcela do crédito concedido às empresas da construção da região Norte, que diminuiu 6 pp entre o final de 2013 e o final de 2018. Esta variação foi compensada pelo aumento da parcela de empréstimos associada às empresas da indústria.

Entre 2013 e 2018, a região Norte apresentou, consecutivamente, rácios de crédito vencido<sup>23</sup> inferiores aos registados no total das empresas. Em dezembro de 2018, o rácio de crédito vencido da região Norte era de 7,3% (9,4% no total das empresas) (Gráfico C2.2). Face ao valor observado no final de 2013, verificou-se uma redução de 4,6 pp na parcela de crédito em incumprimento na região Norte (redução de 4,4 pp no total das empresas).

Em dezembro de 2018, as microempresas apresentavam o maior rácio de crédito vencido na região Norte: 11,9%, pese embora este rácio tenha diminuído 7,5 pp face ao valor registado no final de 2013. O rácio de crédito vencido era, na região Norte, decrescente com a dimensão das empresas: 6,2% nas pequenas e médias empresas e 3,2% nas grandes empresas, no final de 2018. Por setores de atividade económica, destacavam-se a construção e a agricultura e pescas com as maiores parcelas de crédito em incumprimento (17,0% e 14,1%, respetivamente). A sub-região das Terras de Trás-os-Montes destacava-se pelo mesmo motivo, ao apresentar um rácio de crédito vencido agregado de 19,1%, em dezembro de 2018, quando, no final de 2013, apresentava um rácio de crédito vencido de 3,4%, o menor entre as sub-regiões que compõem a região Norte. No sentido oposto, as menores parcelas de crédito em incumprimento estavam associadas, no final de 2018, às sub-regiões do Douro (5,2%), do Alto Minho (5,6%) e do Cávado (6,1%).

<sup>23</sup> Para o rácio de crédito vencido é utilizada a informação sobre créditos concedidos por IC residentes da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, e calculada a proporção dos montantes de crédito vencido no total de crédito obtido. O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se no que se refere ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, no que respeita aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido. Este é progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico de maio de 2015*, disponível em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

**Gráfico C2.2 • Rácio de crédito vencido (% do total)**

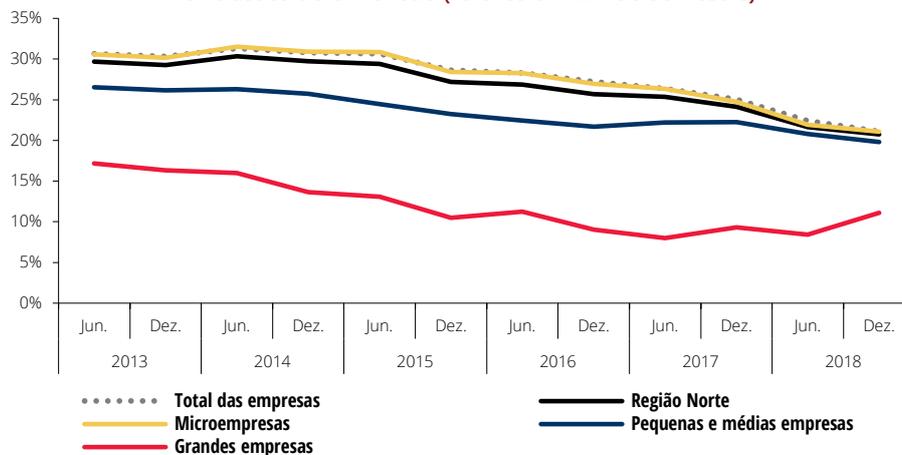


A percentagem de empresas com crédito vencido era, na região Norte, de 20,7%, no final de 2018 (Gráfico C2.3). Esta parcela era marginalmente inferior à verificada no total das empresas (21,1%). Entre 2013 e 2018, a percentagem de devedores da região Norte com crédito em incumprimento registou uma trajetória de descida semelhante à observada no total das empresas (diminuição de 9 pp).

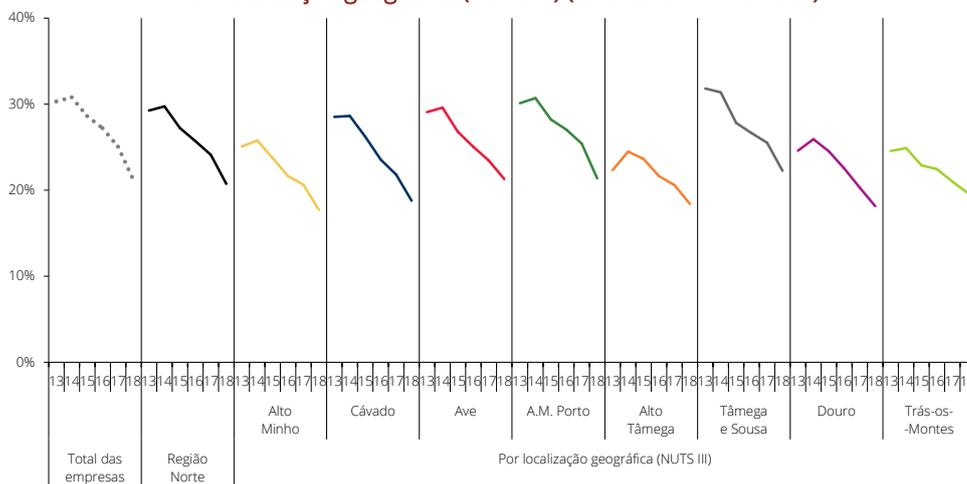
A percentagem de devedores com crédito vencido decrescia com a classe de dimensão: em dezembro de 2018, 21,1% das microempresas apresentavam, pelo menos, uma situação de incumprimento, não obstante terem registado a maior redução desta parcela desde o final de 2013 (9 pp). Nas pequenas e médias empresas, a percentagem de devedores com crédito vencido foi de 19,8% e, nas grandes empresas, foi 11,1%. Por setores de atividade económica, a construção registava a maior percentagem de devedores em incumprimento (28,0%). Destacavam-se, pela mesma razão, as sub-regiões do Tâmega e Sousa, do Ave e a Área Metropolitana do Porto, com percentagens de devedores com crédito vencido superiores a 20%, no final de 2018. Apesar do maior peso de empresas nesta situação no Tâmega e Sousa, esta foi uma das sub-regiões que registou reduções mais expressivas deste indicador face a dezembro de 2013 (9,6 pp); apenas a sub-região do Cávado apresentou uma diminuição mais acentuada da respetiva proporção de empresas em incumprimento (9,7 pp).

**Gráfico C2.3 • Percentagem de devedores com crédito vencido**

Por classes de dimensão (valores em fim de semestre)



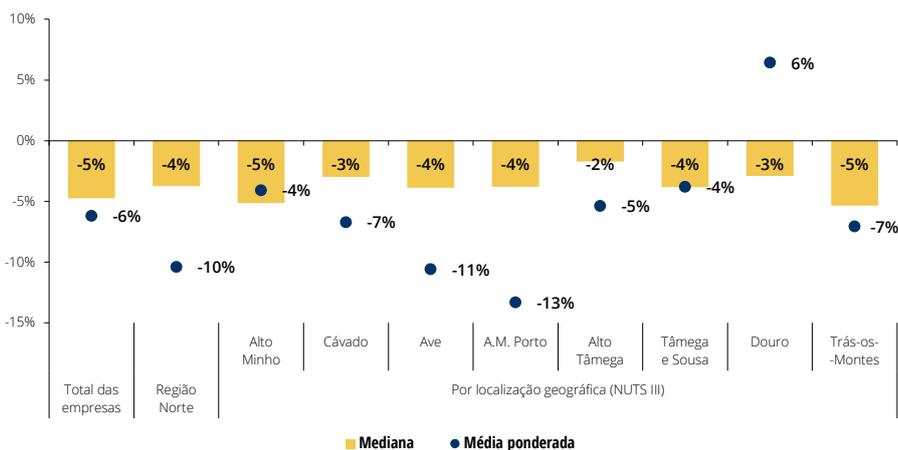
Por localização geográfica (NUTS III) (valores em fim de ano)



### 3.2.3 Gastos de financiamento e solvabilidade

Em 2017, os gastos de financiamento<sup>24</sup> da região Norte diminuíram, em média, 10% em relação a 2016. Esta variação superou a redução de 6% registada no total das empresas (Gráfico I.3.13). A evolução dos gastos de financiamento das empresas da região foi negativo pelo quinto ano consecutivo, determinando um decréscimo de 28% entre 2013 e 2017 (evolução similar à observada no total das empresas).

**Gráfico I.3.13 • Gastos de financiamento | Média ponderada e mediana da taxa de crescimento anual (2017)**



A redução dos gastos de financiamento foi mais expressiva em termos agregados, do que a registada pela maior parte das empresas da região: em 2017, metade das empresas da região Norte apresentou uma redução dos gastos de financiamento inferior a 4% ou mesmo um aumento destes gastos de financiamento (variação mediana de -5% no total das empresas).

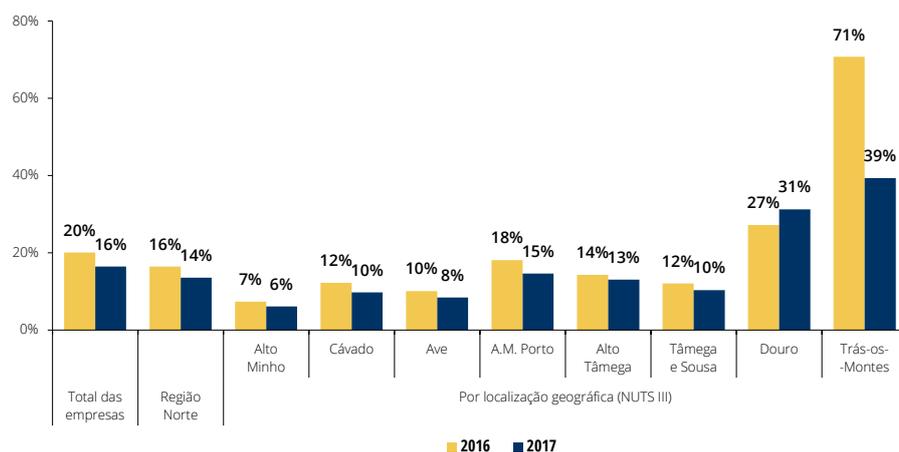
A variação dos gastos de financiamento por localização geográfica acompanhou, em geral, a evolução evidenciada pelo total da região. Em 2017, a sub-região do Douro foi a única cujos gastos de financiamento aumentaram (6%), ainda que metade das empresas aí sediadas tenha registado uma diminuição dos respetivos gastos de financiamento superior a 3%. De resto, os valores medianos observados em cada uma das sub-regiões que compõem a região Norte apontavam para uma queda dos gastos de financiamento em, pelo menos, metade das empresas de todas as sub-regiões. A Área Metropolitana do Porto foi a sub-região que mais contribuiu para a evolução agregada dos gastos de financiamento da região Norte, ao registar uma redução de 13%, ao mesmo tempo que agregava 65% dos gastos de financiamento totais da região Norte; ainda assim, esta sub-região apresentava, igualmente, o maior diferencial entre o valor médio e o valor mediano referente a este indicador em 2017 (10 pp).

A diminuição dos gastos de financiamento foi transversal às várias classes de dimensão das empresas da região Norte: a redução foi mais expressiva nas microempresas (26%), seguindo-se as grandes empresas (14%) e as pequenas e médias empresas (1%). Por setores de atividade económica, os gastos de financiamento apenas aumentaram na eletricidade e água (2%). De entre os restantes setores, a construção apresentou a maior descida (22%).

<sup>24</sup> O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

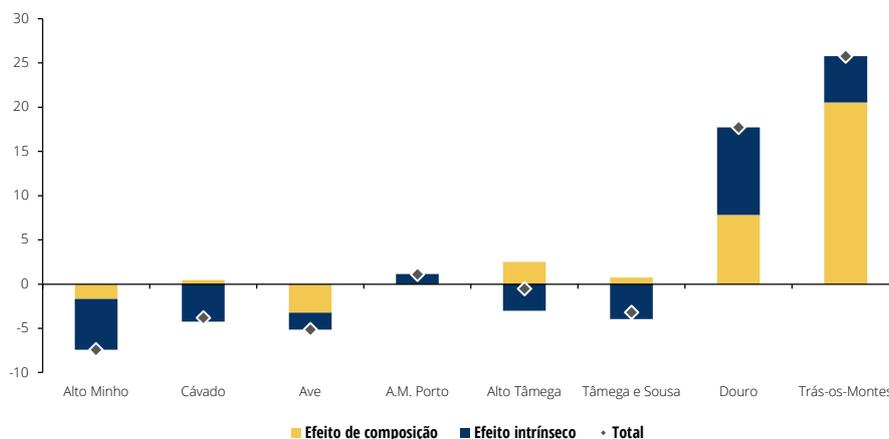
O rácio de pressão financeira da região Norte, avaliado pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA, diminuiu 3 pp, no último ano, beneficiando simultaneamente da redução dos gastos de financiamento e do aumento do EBITDA. Como resultado, em 2017, 14% do EBITDA da região Norte foi consumido por gastos de financiamento (Gráfico I.3.14), percentagem inferior à registada no total das empresas (16%). Esta situação foi transversal a todo o período 2013-2017.

**Gráfico I.3.14 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA**



A redução do nível de pressão financeira entre 2016 e 2017 verificou-se nas várias sub-regiões que integram a região Norte, excetuando a do Douro. Nesta sub-região, a pressão financeira aumentou 4 pp em 2017, para 31%. Esta sub-região era igualmente uma das que apresentava uma pressão financeira mais elevada, inferior apenas à registada nas Terras de Trás-os-Montes; nesta sub-região, 39% do respetivo EBITDA foi, em 2017, consumido por gastos de financiamento, não obstante a diminuição de 31 pp observada, nesse mesmo ano, por comparação com o ano anterior. Foi nestas sub-regiões que, em 2017, os pesos dos gastos financeiros no EBITDA foram mais distintos do observado na região Norte como um todo, com diferenciais de 18 pp na sub-região do Douro e de 26 pp nas Terras de Trás-os-Montes. Em ambos os casos, contribuíram para a pressão financeira mais elevada destas sub-regiões (face à verificada na região Norte) os fatores intrínsecos das empresas nelas sediadas e a composição setorial dos respetivos tecidos empresariais (Gráfico I.3.15).

**Gráfico I.3.15 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA | Decomposição do diferencial face ao total da região Norte (2017, em pp)**

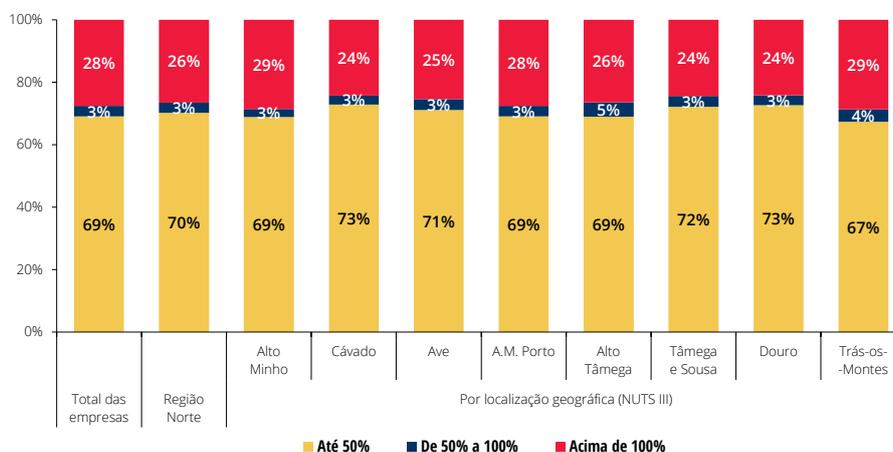


Ainda assim, os valores médios de pressão financeira não representavam a situação apresentada pela maior parte das empresas, tanto da região Norte como das sub-regiões que a compõem: em 2017, metade das empresas da região Norte apresentou uma pressão financeira igual ou inferior a 5% (registo idêntico ao observado no total das empresas); os valores medianos eram inferiores aos indicadores médios em todas as sub-regiões, com diferenças entre os 2 pp, no Alto Minho, e os 34 pp nas Terras de Trás-os-Montes.

A menor pressão financeira registada em 2017 na região Norte foi comum a todas as classes de dimensão. Nesse ano, 12% do EBITDA das grandes empresas foi consumido por gastos de financiamento (em termos agregados), 13% nas microempresas (destacando-se a diminuição de 40 pp da pressão financeira desta classe de dimensão no período 2013-2017) e 15% nas pequenas e médias empresas. No mesmo ano, por setores de atividade, a indústria apresentava o valor agregado de pressão financeira mais baixo (8%), enquanto o valor mais elevado estava associado à construção (34%), situação que se verificou entre 2013 e 2017.

Em 2017, 26% das empresas da região Norte não geraram EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento, proporção inferior à verificada no total das empresas (28%) (Gráfico I.3.16). Esta parcela registou uma redução de 9 pp entre 2013 e 2017 (10 pp no total das empresas).

**Gráfico I.3.16 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes de desempenho (2017)**



Por localização geográfica, a percentagem de empresas nesta situação não diferia muito da observada no total das empresas da região Norte. Em 2017, esta parcela era superior nas sub-regiões do Alto Minho e das Terras de Trás-os-Montes (29%) e inferior no Cávado, no Tâmega e Sousa e no Douro (24%). No mesmo ano, 70% das empresas da região Norte apresentavam uma pressão financeira inferior a 50% (69% no total das empresas); o peso destas empresas era inferior na sub-região das Terras de Trás-os-Montes (67%) e mais elevado nas sub-regiões do Cávado e do Douro (73%).

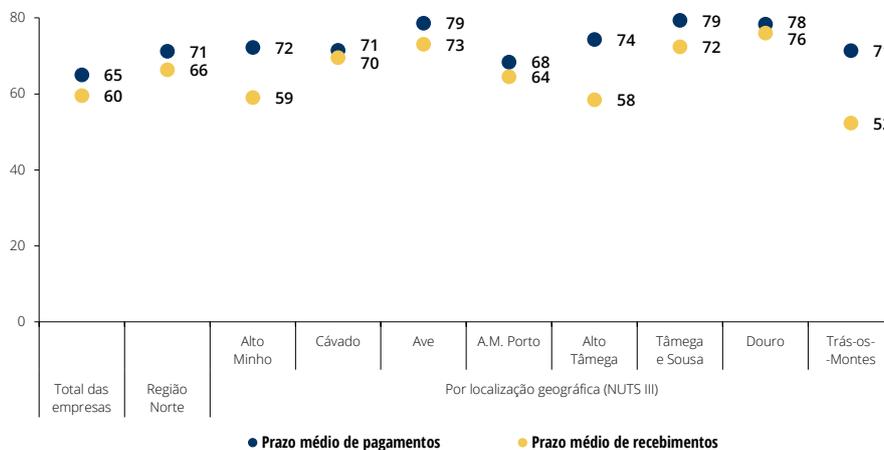
Na região Norte, em 2017, a percentagem de empresas que não gerava EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento decrescia com a classe de dimensão. Por setores de atividade económica, os outros serviços e o comércio apresentavam as maiores parcelas de empresas nesta situação: 29% e 28%, respetivamente.

### 3.2.4 Financiamento por dívida comercial

Em 2017, o financiamento por créditos comerciais representava 22% do passivo das empresas da região Norte, parcela 5 pp superior à registada no total das empresas. O peso deste tipo de financiamento no passivo das empresas da região Norte praticamente não se alterou entre 2013 e 2017.

O prazo médio de pagamentos das empresas da região Norte foi, em 2017, de 71 dias, em termos agregados, valor superior em 6 dias ao registado no total das empresas (Gráfico I.3.17). Também o prazo médio de recebimentos da região Norte excedeu o verificado no total das empresas em 6 dias, situando-se em 66 dias.

**Gráfico I.3.17 • Prazos médios de pagamentos e de recebimentos | Em dias (2017)**



Entre 2013 e 2017, os prazos médios de pagamentos e de recebimentos das empresas da região Norte diminuíram, em termos agregados, 12 e 11 dias, respetivamente. Estas reduções foram superiores às verificadas pelo total das empresas, cujo prazo médio de pagamentos diminuiu 7 dias e o prazo médio de recebimentos diminuiu 8 dias. Entre 2013 e 2017, a redução dos prazos médios foi transversal às várias sub-regiões que compõem a região Norte, com destaque para os decréscimos de 23 dias e de 19 dias nos prazos médios de pagamentos e de recebimentos das empresas da sub-região do Tâmega e Sousa.

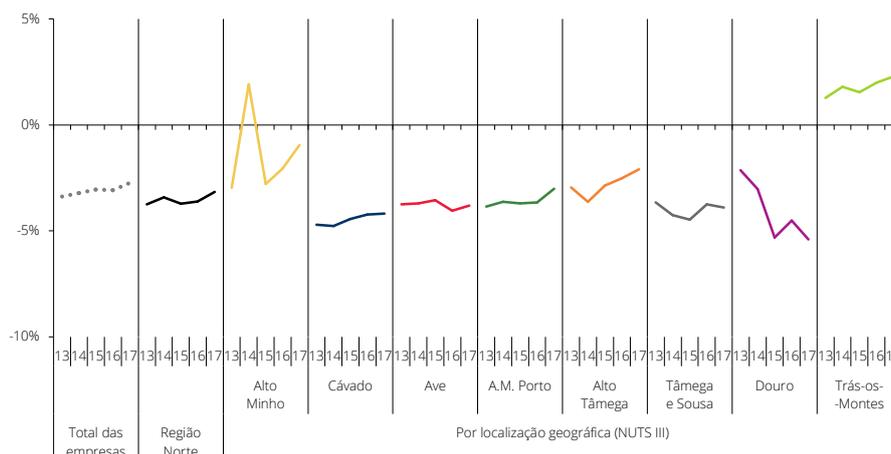
Em 2017, as sub-regiões das Terras de Trás-os-Montes e do Alto Tâmega eram as que apresentavam as maiores diferenças entre o prazo médio de pagamentos e o prazo médio de

recebimentos: 19 e 16 dias, respetivamente. Em todas as sub-regiões, o prazo médio de pagamentos das empresas superava o respetivo prazo médio de recebimentos. Este diferencial era inferior no Cávado (1 dia) e no Douro (2 dias).

O indicador líquido de financiamento por dívida comercial<sup>25</sup>, que relaciona os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios, ajuda a compreender a forma como as empresas utilizam este meio de financiamento. Um valor positivo significa que a empresa dispõe de um saldo de fornecedores que é superior ao saldo de clientes, ou seja, que a empresa está a obter financiamento através dos seus fornecedores. Um valor negativo deste indicador aponta para a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, e indica, globalmente, que a empresa está a financiar os seus clientes.

Em 2017, o financiamento líquido por dívida comercial da região Norte era negativo e equivalente a 3% do respetivo volume de negócios (valor idêntico ao observado para o total das empresas). Esta situação verificou-se, de forma estrutural, durante todo o período analisado (Gráfico I.3.18), indiciando que, em termos líquidos, os créditos comerciais não constituíam uma fonte de financiamento das empresas da região Norte, mas antes uma aplicação no financiamento dos seus clientes.

**Gráfico I.3.18 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios**



No período analisado, o indicador líquido de financiamento por dívida comercial foi negativo na generalidade das sub-regiões que integram a região Norte, constituindo o Alto Minho (em 2014) e as Terras de Trás-os-Montes (entre 2013 e 2017) as exceções a esta regra. Por classes de dimensão, este indicador foi genericamente negativo nas microempresas e nas pequenas e médias empresas da região Norte, mas marginalmente positivo nas grandes empresas (1% do volume de negócios, em 2017). Já por setores de atividade económica, apenas o comércio registava valores positivos para este indicador (1% do volume de negócios), enquanto o financiamento líquido por dívida comercial era particularmente negativo no setor da construção (equivalente a -11% do respetivo volume de negócios em 2017).

<sup>25</sup> O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos).



## II Anexo

### 1 Síntese metodológica



# 1 Síntese metodológica

**Autonomia financeira:** Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

**Crédito vencido:** O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. No que se refere ao capital, essa situação verifica-se decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; quanto aos juros e outras despesas, verifica-se a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras. Estes saldos podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido. Este é progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo.

**Decomposição do diferencial das sub-regiões face ao total das empresas da região Norte:** O diferencial entre os valores agregados para os rácios de cada sub-região analisada e o valor calculado para o total das empresas da região Norte é decomposto no efeito de composição, isto é, decorrente da estrutura setorial de cada uma das sub-regiões, e no efeito intrínseco, isto é, associado às características das empresas de cada sub-região. A metodologia de decomposição do diferencial adotada neste estudo segue a definida em Banco Central Europeu (2017).

**Dimensão da empresa:** As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

**Distribuição por quartis:** Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde à posição dos 50% da amostra ordenada, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe sobre o cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 36 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, fevereiro de 2019.

**Dívida remunerada:** A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

**EBITDA:** Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

**Gastos da atividade operacional:** O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

**Gastos de financiamento:** O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

**Índice de Theil (normalizado):** Indicador sintético de especialização setorial de um agregado territorial ou região. O índice de Theil para cada região ( $T_r$ ) é dado por  $-\sum_{j=1}^J \left[ \frac{X_{rj}}{X_r} * \ln \left( \frac{X_{rj}}{X_r} \right) \right]$ , sendo  $X_{rj}$  o volume de negócios da atividade  $j$  na região  $r$  e  $X_r$  o volume de negócios total das atividades consideradas na mesma região. Varia entre 0, refletindo situações de máxima especialização, e  $\ln J$ , em situações de diversificação total. Ao ser efetuada a normalização deste indicador (considerando que o índice de Theil normalizado  $T'_r$  é dado por  $\frac{\ln J - T_r}{\ln J}$ ), a leitura do indicador inverte-se, passando este a variar entre 0 e 1 em situações de máxima diversificação e de máxima especialização, respetivamente.

**Instituições de crédito residentes:** Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo, bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira.

**Localização geográfica:** A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

**Margem líquida:** Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

**Margem operacional:** Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

**Maturidade:** A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 6 a 10 anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

**Número de pessoas ao serviço:** Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

**NUTS:** A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS – 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão nº. 868/2014, de 8 de agosto de 2014, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países.

**Outros passivos:** A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

**Pressão financeira:** Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

**Rácio de crédito vencido:** Rácio entre o montante de crédito vencido e o total de crédito obtido.

**Região Norte:** Região definida de acordo com as NUTS II que contempla as sub-regiões (no que se refere à segmentação do território de acordo com as NUTS III) do Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes.

**Rendibilidade dos capitais próprios:** Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

**Rendimentos:** Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

**Setor de atividade económica:** Foram excluídas desta análise, no que respeita ao total das empresas, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e

U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3.

**Volume de negócios:** Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, corresponde ao ano civil).

## Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> )
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IC	Instituições de crédito residentes
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
RLP	Resultado Líquido do período
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

# Referências

Banco Central Europeu (2017), "*Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*", *Statistics Paper Series*, n.º 21, maio de 2017.

<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpsps/ecb.sps.21.en.pdf?7987429d9f97a422b02d19666f69ef7c>

Banco de Portugal (2008), "*Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "*Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2015), "*Central de Responsabilidades de Crédito*", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5\\_central\\_responsabilidades\\_de\\_credito.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf)

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol\\_econ\\_maio2015\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf)

Banco de Portugal (2018), "*Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 31, abril de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_31\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_31_2018.pdf)

Banco de Portugal (2018), "*Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 34, novembro de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_34\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_34_2018.pdf)

Banco de Portugal (2019), "*Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 36, fevereiro de 2019.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo\\_36\\_CB\\_2019.html](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html)

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

# Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019

